

perdoasse e se lembrasse d'elle. Fazia rodella ou escudo com a samarra, aparando n'ella as pedras e paus com que lhe atiravam, e dava com as mãos no fogo que ardia no banco, pretendendo apagal-o. Fizeram-lhe na cabeça grandes feridas, e sempre olhava e se virava para o companheiro, que tambem queimaram vivo, e sempre lançava de si os feixes de lenha com que lhe atiravam. Esteve vivo tambem tres horas.

Exclama o dr. José Ribeiro Guimarães: « Os nossos antepassados eram bem crueis! » E addita: « Que prazer não era vêr um homem vivo entre as chamas por espaço de tres horas, e durante este tempo os garotos a atirarem-lhe pedras, a ferirem-n'o, ao mesmo tempo que o fogo! Devemos confessar que os nossos maiores tinham divertimentos de que as modernas gerações não podem gozar! »

Todavia, porque tam cruelmente opprimisse os judeus, não se cuide que o ferocissimo fanatismo da intolerante superstição dos nossos antepassados perdoasse a mouros e gentios, desdenhando-os ou esquecendo-os.

Estabelecidos nossos maiores na India, começou a inquisição de Goa em 15 de Março de 1560; e, a parecer do citado dr. José Ribeiro Guimarães, em seu *Summario de varia historia*, foi essa uma das maiores causas para a decadencia d'aquelle Estado; constituiu-se em obstaculo permanente ao desenvolvimento do commercio e industria alli. Por muitas vezes os vice-reis e governadores da India representaram ao governo de Lisboa contra a inquisição, poisque estancava lá as fontes da publica prosperida-

de; porém jámais lhes foi possível acabar, até á era moderna, com o horrendo tribunal.

Já em 1700, o vice-rei Antonio Luiz Gonçalves da Camara havia pedido que fôsse refreado o nefasto poderio do Santo-Officio; já em 1703, o vice-rei Caetano de Mello e Castro instava para que se concedesse liberdade de religião aos gentios, com o fim de chamar os negociantes e industriaes ás nossas possessões. Este expediente veio a adoptar-se em 1774, mas com pouco resultado, porque a inquisição podia mais que a côrte, e continuou sempre, pois, a perseguição á gentilidade.

Lá, como cá, os judeus eram, porém, mimosos das terriveis preferencias do Santo-Officio. Comtudo, havia que distinguir. A seus compatriotas, d'est'arte, os instruiu Francisco Pyrard de Laval, na relação de sua viagem — 1601 a 1611 — vertida do francez para portuguez — 1859, 1862 — por Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara:

A justiça d'este tribunal é alli muito mais severa que em Portugal, e queimam mui frequentemente judeus, a que os portuguezes chamam *christãos-novos*. Quando estes são presos pela justiça do Santo-Officio, todos os seus bens são tambem confiscados; e não prendem senão os ricos. O rei faz todas as despesas d'esta justiça, se as partes não teem com que; mas elles ordinariamente não as accusam, senão quando sabem que teem ajuntado grande cabedal. E' esta justiça a mais cruel e impiedosa cousa do mundo; porque a menor suspeita, a mais leve palavra, seja de uma creança, ou d'um escravo que quer ser molesto a seu senhor, fazem logo condemnar um homem á pena ultima; e dá-se alli credito a

qualquer creança, por mui pequena que seja, comtanto que saiba fallar. Ora são accusados de pôr crucifixos nas almofadas sobre que se assentam ou ajoelham ; ora que açoutam imagens e não comem toucinho ; emfim, que guardam ainda secretamente sua antiga lei, sem embargo de fazerem publicamente obras de bons christãos ; e verdadeiramente creio que a maior parte das vezes provam contra elles o que querem, porque não condemnam á morte senão os ricos, e aos pobres dão sómente alguma penitencia. E o que é ainda mais cruel e iniquo é que um homem que quizer mal a outro, por se vingar, o accusará d'este crime ; e, sendo preso, não ha amigo que ouse fallar por elle nem visital-o ou procurar por suas cousas, como em semelhante caso acontece aos criminosos de lesa-magestade. O povo, em geral, não ousa fallar d'esta inquisição, salvo com grande acatamento e respeito ; e se pela ventura escapasse alguma palavra que de algum modo lhe tocasse, é mister ir logo logo accusar-se e denunciar-se a si a propria pessoa, se desconfia que alguém a ouviu ; porque aliás, se outrem a denunciasse, ficaria logo perdida. E' horrivel e espantosa cousa ser alguma vez alli preso ; porque não ha nem procurador, nem advogado que falle pelo pobre encarcerado ; mas os ministros d'aquelle tribunal são juizes e partes ao mesmo tempo.

De principio houvera a sombra d'uma attenção para com os gentios e mouros indianos, de qualquer religião que fôssem ; todavia, já Pyrard de Laval annotava : « Mas, se pela ventura um indio, mouro ou gentio, tiver divertido, ou impedido outro, que mostrava vontade de se fazer christão, e que isto se provasse contra elle, seria castigado pela inquisição ; como tambem aquelle que tivesse feito a outro deixar o christianismo, como mui frequentes vezes acontece. »

Da inquisição de Goa existe uma especificada re-

lação, a qual foi escripta pelo cirurgião francez Dellon, victima do Santo Officio, no curso de suas viagens, que estão vertidas em portuguez por Miguel Vicente d'Abreu e impressas, em Nova Goa, no anno de 1866.

Tendo Dellon fixado a sua residencia em Damão, e vivendo satisfeitissimo n'esta cidade, foi denunciado á Inquisição, e preso, a 24 de agosto de 1673, epocha em que contava 24 annos de idade; o padre commissario accusara-o de hereje dogmatisante; o francez foi mandado encarcerar.

«A prisão de Damão fica mais baixa que o rio, que d'ella fica perto, e o qual a torna humida, e os muros são muito espessos. Consiste esta triste habitação em duas grandes salas baixas, e uma superior, proximo da qual fica o aposento do governador. Os homens ficam por baixo, e as mulheres no andar superior. A maior parte das duas salas baixas teem uns quarenta pés de comprimento sobre quinze de largura, a outra póde ter dois terços d'esta extensão. N'este espaço estavamos umas quarenta pessoas, e não havia logar para satisfazer as nossas necessidades senão aquelle. Os presos urinavam no meio d'esta sala, e o ajuntamento d'estas urinas estagnadas formava uma especie de pantano. Tambem as mulheres não tinham outra qualidade de latrina, e havia sómente entre ellas e nós esta differença: suas urinas corriam de sua sala alta, e cahiam por entre o sobrado em a nossa, na qual todos estes liquidos se agglomeravam. Para os outros excrementos só havia uma grande celha, que apenas se despejava uma vez na semana, de maneira que d'alli se gerava uma multidão innumeravel de bichos, que cobriam o sobrado, e vinham até nossas camas. O fedor, apesar do cuidado que tinha de lavar o sobrado, era insupportavel. Não havia comida determinada para os presos: os magistrados descansavam na caridade das pessoas, que os queriam soccorrer; e como apenas havia duas pessoas na cidade,

que lhes remettiam comida regularmente duas vezes por semana, e não recebiam na maior parte dos dias nenhuma coisa, viam-se reduzidos a uma miseria digna de piedade. Alguns dos que viviam na sala pequena chegavam a ponto de procurar subsistencia em seus proprios excrementos. Contaram-me que alguns annos antes, tendo sido aprisionados 50 corsarios malabares e encerrados n'esta mesma prisão, passaram tão grande fome que uns quarenta, cheios de furor, se estrangularam com os seus proprios turbantes.

A 19 de Dezembro de 1729, o vice-rei da India João de Saldanha da Gama endereçou a el-rei D. João v uma representação contra o procedimento da inquisição de Gôa, a qual começava assim:

Senhor. — Toda a ruina d'este Estado consiste visivelmente na falta de commercio, e esta falta provém de dois motivos: o primeiro o horror que todos os mercadores, que só são gentios e mouros, téem ao procedimento do Santo Officio, não só pela... paixão com que sentem serem ultrajados os seus ritos, mas tambem pelo que padecem nos carceres, onde escolhem morrer, por não alterarem a cerimonia...

Estes mesmos mercadores padecem, entre as mais nações, assim asiaticas como europeas, maiores violencias: ...incitados, comtudo, ... com amor da sua religião e ritos, se sujeitam a estas violencias, e as escolhem, desamparando e largando os dominios de Vossa Magestade, e povoando as fabricas e os commercios dos inglezes e francezes; não deixam de suspirar os de Vossa Magestade... propondo só a liberdade de não serem punidos pela inquisição, em caso de que elles façam as suas cerimonias ás portas fechadas e sem escandalo dos christãos; porque, n'estes dois casos, se sujeitam a serem punidos. Pedem tambem que não se admittam no tribunal do Santo Officio testemunhas da sua casta, que os accusam do que fizeram em sua casa, e allegam que não se faz crível que por

zelo da religião catholica os accusem os professores da sua mesma idolatria e se segue d'esta consideração que as paixões ou os interesses particulares são os que os movem.

Ponderava João de Saldanha da Gama: «Estas são as condições com que os mercadores se offerecem a virem os seus navios e as suas familias frequentar os portos e dominios de Vossa Magestade. — Não sei o regimento que a inquisição tem para conhecer de culpas de homens que nunca fôram catholicos, e vejo, sim, que, pela excessiva quantidade de presos d'esta qualidade, está despovoada toda a provincia do norte, perdida a admiravel fabrica de Tanná, que hoje se começa a estabelecer em Bombaim, d'onde os inglezes levam todos os camelões de seda e lã, todos os gorgorões, lenços de seda, e picotilhos que introduzem n'essa côrte; e vejo, mais, que os commissarios do Santo Officio são muitos e, commummente frades, não procedem como devem.»

Commentou o dr. José Ribeiro Guimarães: «O vice-rei João de Saldanha da Gama bem claro disse que tudo fugia deante da inquisição, e que sem liberdade de consciencia não era possivel que aquelle Estado da India medrasse. Pediam pouco os gentios; pediam que respeitassem a sua fé; mas a inquisição entendia lá o que era a liberdade de consciencia? Como dissemos, era o vento do deserto, que varria tudo em torno de si. Que importava á inquisição que o Estado se perdesse? Que lhe importava que o fulgor de tantas glorias fôsse empanado pelas cruelissimas violencias contra os gentios? A figura da Fé

erguia-se sinistra e ameaçadora n'aquellas regiões, e ao seu aspecto fugiam espavoridas as gentes da India; e com ellas iam o commercio, a industria e agricultura enriquecer os inglezes. Fatal destino o d'este povo, victima, desde o seculo XVI, do muito zelo que os seus monarchas tiveram pelo augmento da Fé! É desolador considerar que as nações onde a heresia pôde conquistar um logar prosperavam muito mais do que aquellas onde a Fé catholica se conservou incolume, á custa de tantas barbaridades: Hespanha e Portugal confirmam esta lastimosa observação.»

Para alliviar as responsabilidades da gente lusitana, o critico exaggera as dos monarchas, quando, em seu fanatismo, os reis portuguezes não são mais do que os *representative men* do fanatismo colectivo de Portugal.

O religionismo intransigente e hostil é um dos dois sentimentos fundamentaes do character do nosso antigo povo; outro é o odio ao hespanhol, na repulsão por qualquer especie de approximação politica com o paiz visinho.

Debalde a mesma bronca superstição religiosa os domina, a portuguezes e a hespanhoes. Nem por isso se amam. E as tentativas iberistas partem sempre das altas classes, especialmente dos monarchas; mas sempre que as enxerga, o povo reage e protesta.

É caracteristico o episodio dos accidentes da conjura tramada por Carlos V desde o seu retiro da corte, tendo por cumplices D. Catharina e o padre Francisco de Borja, como nol-a conservou, no arrevezado de seu

estyllo culto, o biographo Alvaro de Cienfuegos e anda facilitada hoje n'uma das contractas versões de Bernardes Branco. É o anno de 1557; desde Oñate que, a partir da crise da vocação em 1551, o triumpho mystico do *duque santo* arrebatava a turba; mas o imperador, politicamente, *le despacha con embaxada secreta a Portugal*. Assim:

Estava retirado Borja n'aquelle ninho ditoso do seu noviçado, aonde se recolheu esta ave real, quando lhe escreveu a Princeza que o Cesar mandava que elle passasse pelo mosteiro de Yuste, porque se queria servir da sua prudente fidelidade n'uma empreza bem ardua e bem gloriosa; e que sentiria qualquer tardança, que não fosse causada por um impossivel, porque as expressões do Cesar na sua carta eram as mais efficazes e as mais vivas. E ainda que se estava no rigor do verão, e se achava indisposto, partiu nos principios de agosto com os padres Dionysio e Bustamonte, e o irmão Francisco Birres. Passou por Valladolid com o fim de beijar a mão á Princeza, e se encaminhou para Yuste com menos forças do que ousadia.

Ia o santo maltratado de saude, e viu-se talvez necessitado a deter-se nos campos na maior força do sol. Chegou a Yuste, onde o Cesar, depois de o ter abraçado, se retirou só com Borja para o seu aposento. Disse-lhe que da sua experiencia e cordura queria fiar um negocio, que importava á monarchia hespanhola, na proxima esperança de unir Portugal aos reinos de Castella. Pois, ainda que vivia o menino Rei D. Sebastião, creando-se robusto, não passava isto de um fio delgado, e que a parca costuma cortar com golpe duro os mais fortes marmorès, que seguram o peso, e romper cadeias de oiro. Que desejava muito que Portugal jurasse conditionalmente por seu successor, na falta do seu joven Rei, ao Principe D. Carlos, seu neto, segundo as capitulações feitas no feliz matrimonio da Rainha D. Maria com El-Rei Philippe II, e conforme toda a ra-

são, que dá ás veias o direito natural. Que não era tão irregular, nem tão odiosa esta empreza, que devesse turvar os animos portuguezes, como novidade anticipada; antes servia de freio para que se (o que o Céu não permittisse), succedesse á vida d'aquelle famoso Adonis do seu seculo, algum caso d'aquelles com que a fortuna costuma tambem dos Reis fazer tragedia, não houvesse alvoroço nem fluctuasse em ondas o vulgo, golpho sempre inquieto, quando falta o tridente ou o braço de Neptuno. Que, quando não bastasse a razão e o interesse de uma e outra monarchia, não faltavam exemplos recentes, que achavam caminho para a pratica d'esta empreza, pois os castelhanos haviam jurado a El-Rei de Portugal, D. Manoel, por successor d'esta corôa, quando os Reis Catholicos a honravam e sustinham na cabeça.

Que este negocio o havia só de fiar do amor e prudencia da Rainha D. Catharina. Que tinha de se tratar no principio com um segredo quasi supersticioso, que nos negocios politicos, e até mesmo em todos, costuma ser o caminho do acerto, e se cifra bem n'aquelle rio, que se não vê nascer, até que desde uma penha salta para o mar, crendo a vista, que tem seu nascimento perto do sepulchro, n'aquella rocha, elle que nasce n'uma provincia distante, e escondido logo corre por mineraes secretos, sem que perceba a attenção, ou a curiosidade seus passos; e se alguma vez se escuta algum som confuso, parece mais um rouco som, do que movimento do rio.

Inclinou a cabeça o santo Borja, por que seu dictame recusava emprehender um negocio, do qual não esperava outro fructo, senão o da sua obediencia. Mandou logo o Cesar a seu secretario Gartelu, que escrevesse os despachos que dessem fé juridicamente a Borja para com a Rainha D. Catharina. E que dispozesse cifras, para que se podessem livremente corresponder Sua Magestade e o padre Borja, sem o perigo ou susto, embora se perdesse algum papel. Na cifra chamava-se o Imperador «Misser Agostinho», e o santo era «Francisco de Moraes». A quem, ao despedir-se, apertou nos seus braços Carlos v, e lhe disse: «Que fiava este importante negocio de sua in-

dustria e de seu talento milagroso, e que não considerasse como alheio á profissão do seu estado, porque Sua Magestade estava persuadido de que era muito do agrado de Deus, pois se desarmava com esta prevenção a insolencia, e se assegurava a paz.» Tornou a expressar a Borja quanto importava que o vasto corpo de todas as provincias de Hespanha vivessem sujeitas a uma cabeça, se, o que Deus não quizesse, fenecesse aquella tenra flor, que era toda a columna da esperanza. Que este remate formoso da Europa ficaria então inacessivel á indignação, e á inveja, tendo por fossos o Oceano e o Mediterraneo; por baluartes e padrões seus os montes Pyrineus. Escutava modestamente Francisco estas expressões, do Cesar, que poderia ter observado n'aquelle semblante mudo a escassa luz de um presagio.

Partiu Borja para Plasencia, de onde logo no dia seguinte se encaminhou para Lisboa, á tarde, levando dentro do peito fria a confiança n'aquella dependencia politica, por mais que se esforçavam a inflammal-a, ou a acalental-a toda a razão de Borja, e o grande amor que experimentava sempre na Rainha D. Catharina.

Entrando em Portugal, pararam pelo meio dia n'uma povoação chamada Evora-Monte, havendo caminhado seis leguas n'aquella manhã. Foram o santo Borja e o padre Dionysio dizer missa, deixando a Bustamonte na pousada: porque, attendendo Borja aos seus achaques, e á sua idade crescida, o obrigava a tomar algum alimento pela manhã; e agora, por causa do rigor do dia, não o deixou passar á Egreja. N'esta occasião, chegou-se o padre Bustamonte ao dono da pousada: exhortava-o a frequentar o sacramento da Penitencia, a encarar com horror qualquer culpa, a distribuir christãmente as horas, e a ter suas devoções fixas; e entre outras cousas lhe disse que rogasse todos os dias pela vida do joven Rei D. Sebastião, a qual tanto importava á corôa, que na falta d'elle passaria a enobrecer a frente do Rei de Castella. Disse isto incautamente, ignorando a missão que levava a Portugal o santo Borja, e pouco pratico no terreno que pisava.

Apenas escutou o estalajadeiro esta devoção, quando arrebatado por aquelle espirito de lealdade que degenera communmente em furor, entrou a gritar. Juntou-se muito povo, e bradava contra aquelle sacerdote inimigo do seu Rei e do reino todo, olhando como delicto até mesmo o receio de que podesse morrer o Rei. Inclonavam-se muitos a procurar pedras, outros repetiam injurias, offendendo atropelladamente suas cãs, sem que a razão, a brandura, e a submissão bastassem a socegar aquelle villão tumulto: antes se enfurecia mais a plebe com as desculpas, crescendo as ondas agitadas por si mesmas.

Chegava a este tempo Borja, e com aquella confiança que dão a verdade e a innocencia, foi rompendo intrepidamente por entre a confusão e o alvoroço, que á sua presença deteve o impeto, e se suspendeu o furor como por instincto.

Perguntou a Bustamonte a causa, e, depois de informado, apresentando a mansidão no rosto, lhes disse que não estranhava sua indignação, filha só da lealdade; porém que se servissem advertir na candura, e no fim com que aquelle sacerdote fallava, a qual costuma ser a veste da innocencia, e faz facil o perdão em qualquer culpa. Que aquelle ancião era subdito seu, e que elle o puniria, para que em idade tão madura aprendesse a tratar, ou mais advertida, ou mais cortezmente a nação portugueza.

Fallou com tanta graça e doçura, que aquelle monstro, ao qual se dava o nome de vulgo, se foi domesticando com as palavras fagueiras de Francisco, sendo a brandura aquella firme rocha, em que a ira quebra seus impetos.

Não faltou entre o rumor popular quem tivesse alguma noticia de Borja, de que havia sido antes grande de Castella, de que era o mais favorecido da Rainha, e que havia tido por mulher a D. Leonor de Castro, dama tão illustre e tão conhecida da grandeza lusitana.

Com isto se separaram mudos uns depois dos outros, deixando cair, sem estrondo, as pedras das mãos.

Sabida da rainha a vinda de Borja, enfermo, lhe rogou que, enquanto se restabelecia, passasse ao palacio de Xabregas, no que assentiu o padre, até que ao terceiro dia se retirou precipitadamente, prevendo furiosa tempestade, da qual a sumptuosa estancia padeceu assás, sendo uns lanços sorvidos e outros arruinados, especialmente nos salões que deitavam para o rio.

Apenas se achou um pouco fortalecido, foi beijar a mão, acompanhado da estima e do respeito. Logo que a Rainha o viu, não pôde dissimular o prazer, nem quiz esconder o pranto, luctando as memorias tristes de seu monarcha defunto, com a consolação de ter em seu palacio a Francisco, a quem reverenciava vivo, como a grande santo. Passou logo a beijar a mão a El-Rei e ao Cardeal Infante D. Henrique, porque o Infante D. Luiz, seu objecto amado, já tinha morrido. Todos se persuadiram em Lisboa que Francisco vinha visitar os collegios da Companhia, pois era commissario geral de Hespanha; só a Rainha D. Catharina soube da embaixada secreta, a respeito da qual teve largas conferencias com o padre Borja. Concordaram ambos em que seria erro intoleravel contra a prudencia, e até mesmo contra os interesses de Castella, dar publicidade a taes negociações, pois sobre parecer odioso á vida de um Rei menino, e agouro o mais funesto para o publico, quando não quer o Direito que se providencieie importunamente um acaso tão ominoso. Alem do que estava ainda com alguma robustez o Infante Cardeal, que depois occupou dignamente a corôa, e era algum presidio ainda que fraco, para a esperança, se succedesse alguma tragedia.

Sobre estes poderosos motivos estavam os animos tão mal dispostos, que se divulgassem aquellas conferencias, se levantariam mais ondas no peito lusitano, que em a noite passada com o Oceano. E, como disse com sensatez a Rainha (in-

formada do que havia acontecido em Evora Monte a Borja), «nos apedrejariam a mim, e a vós, como quizeram fazer a um vosso companheiro, na entrada de Portugal. E se o zelo está tão vivo á porta, como andar á aqui no coração da Monarchia?» Despacharam ambos um expresso a Carlos v, com a cifra combinada, apresentando os motivos que faziam impraticavel aquella maxima.

Ficou o Cesar tão convencido das rasões, que apresentava a Rainha e o santo Borja, que lhe escreveu logo não passasse adiante n'aquellas negociações, escondendo-as no mais recondito do silencio, e mesmo do esquecimento; e que logo que estivesse bem assegurada sua convalescença, partisse para Yuste, onde o desejava.

Chegado a Yuste, declarou com mais extensão a Carlos v, o que tinha dado a entender na carta; e o Cesar lhe agradeceu a fadiga d'esta jornada, e o tino com que havia manejado dextramente a empreza; que, se a tivesse continuado a ousadia, ter-se-hia accendido uma inextinguivel lavareda, na qual se abrazaria a concordia publica.

Havia o santo Borja tido larga oração sobre este ponto, depois de ter dito a Carlos v, que era mistér não menor exercito para esta empreza, do que para conquistar aquelle reino com a espada, accrescentou, respirando com intervallos seu peito o sopro divino: — Senhor, não é tempo agora de tratar d'este assumpto; não é tempo agora. Eu tenho uma esperanza concebida, a qual se estriba sobre firme columna, de que com muita brevidade, por caminhos occultos, estes reinos hão de vir a unir-se; e o que Vossa Magestade desejava para o neto, ha de se cumprir antes em seu grande filho, o senhor Rei Philippe Segundo.

Escutava o Cesar este presagio quasi attonito, e como não ignorava o hospede, que costumava agitar o peito do santo, e que nunca dava sua bôca, nem eloquencia, nem rasão ao vento, confessava o proprio Imperador, que não tinha ousado perguntar o motivo. Mas ficou cheio de confiança, e se viu alterado o seu rosto com mostras de jubilo, dando á fé tudo que

havia de conceder á alegria. Esta foi a ultima, e a quarta vez, que Borja se viu em Yuste com o Imperador. Ao despedirem-se, se apertaram com mais ternura os braços, e mudos um e outro com a abundancia de affectos, se entregaram ás lagrimas, que vaticinavam os successos futuros, pois tambem os olhos algumas vezes sabem ser cysnes.

Não obstante, os monarchas insistiram; e perturba a temeridade da sabença politiqueira de certos homens de Estado (e homens de penna) que, no intuito conseruantista, ultimamente se abalançaram a tentar confundir no espirito publico o patriotismo com o monarchismo.

Era de presumir, de resto. Poisque, de regra, em Portugal «o politico» seja aquella pessoa que, pretendendo sobresahir entre seus concidadãos, não se reconhece, no segredo da sua consciencia, com meritos bastantes para ser litterato, artista, dramaturgo, poeta e, todavia, não dispensa que lhe reconheçam uma supremacia que lhe não advem, aliás, nem de lettras nem de idéas, nem de meditações nem de leituras. Curioso se antolha que tanto mais inculto seja «o politico», assim mais habilitado se julgue para ir subindo na escala dos postos politiqueiros. E o que assombra de todo é que outros homens, mais perfeitamente educados, abdiquem perante esse cuja valia consiste, méra e exclusivamente, na jactancia e acceitem como «chefe» pessoa que nada teria a ensinar-lhes e em cuja sisudez de ponderação pouco poderiam aprender. O caso de Fontes Pereira de Mello, ahi onde existem perspicias vivazes como a de Barjona de Freitas, engenhos

dialecticos como Casal Ribeiro, ou culturas complexas, como Andrade Corvo, demonstra-se typico, e daria razão a Zola em seus desdens para com «o politico», se o verdadeiro politico outra coisa não fôsse, que, infelizmente, em Portugal rareou e cada vez mais rareando vai.

Em Portugal, porém, o que não rarea, antes cada vez mais se firma e prevalece, é a petulancia da ignorancia do «politico», de par e passo com a impudencia da sobranceria com que elle preceitua, não já na alicantina politiqueira corrente como ainda em materia que lhe devera merecer algum respeito, qual a da sciencia historica, cujo campo cumpria defeso fôsse á trampolina das habilidades de interesseiras propagandas.

Porém, nos ultimos tempos viu-se que nada resta respeitavel para estes senhores da politiquice nacional e, assim como viciam eleições, pensam que licito lhes é sophismar a historia e extrahir da passada chronica licções que brigam, solertes, com a rigorosa realidade dos successos:

Curto lapso relativamente corre volvido desde que em Lisboa se proclamou, com pompa, que a existencia da monarchia entre nós é a condição indispensavel e imprescindivel da autonomia de Portugal. Mas, ha longos annos e em momento tristemente adequado, no periodo, anterior e posterior, que fórma a trama d'este trabalho, com outra auctoridade, qual a dos factos consummados, outro ensino se produzira a tal respeito.

Em 1594 reinava em Portugal o rei de Hespanha, Philippe; e n'essa data se publicaram pela primeira vez os *Dialogos de varia historia*, escriptos por Pedro de Mariz, presbytero secular, bacharel em Canones pela Universidade de Coimbra, Guarda-mór da Livraria da mesma Universidade e Provedor do Hospital da Castanheira etc.

D'aquella sua obra, reputada entre as nossas classicas, ha varias reimpressões: o meu exemplar, assás esfarrapado, consoante a quem se surte *au hasard de la fourchette* do alfarrabista barateiro, pertence áquella edição de 1758, dos pessimos retratos dos monarchas, gravados em madeira, «tão grosseiramente como é possível imaginal-os», registra-o sem mentir o aspero Innocencio.

O capitulo iv do Dialogo II, individualmente, começa tratando *Do invencivel Rey D. Affonso Henriques, primeiro em o nome, e na soberana Dignidade Real*; no capitulo immediato se mostra como *por meio da monarchia* estava ordenado superior e transcendentemente que se fizesse *a união de Portugal com a Hespanha*.

Leia-se:

Deos, para chegar ao fim que pretendia de fazer de toda a Hespanha hum braço forte, determinou juntalla debaixo de huma só cabeça. E posto que o successo das cousas tem mostrado, que pertendeo isto muitas vezes; todavia o successo das mesmas bem consideradas deu a entender, que nossos peccados pelo demonio grangeados e negoceados, prohibião esta

mercê, e divina invenção. Como se vio em tempo d'El-Rey Dom Fernando de Portugal, a quem de direito os Reynos de Castella pertencião, como sobrinho, e mais chegado parente do morto Rey de Castella Dom Pedro, para o qual foy chamado por muitos dos Grandes daquelle Reyno. Em tempo d'El-Rey Dom Affonso v de Portugal, a quem por parte de sua sobrinha, e esposa Dona Joanna, os mesmos Reynos de Castella vinhão de direito, como por muitos dos Senhores, e Grandes delles, foy para isso convocado e de suas pessoas, e poderes ajudado. Em tempo d'El-Rey Dom João II, de Portugal, a cujo filho primogenito D. Affonso os mesmos Reynos de Castella, e Aragão se juntavão, por estar casado com a princeza Dona Izabel, filha mais velha dos Reys Dom Fernando, e Dona Izabel. E finalmente em tempo d'El-Rey Dom Manoel de gloriosa memoria, que por parte de sua primeira mulher, filha dos mesmos Reys de Castella, foy por elles chamado, e por seus vassallos jurado por Rey de Castella, Leão e Aragão, em quanto o principe Dom Miguel, seu filho primogenito, e indubitavel herdeiro de toda a Hespanha, não fosse de idade. E todas estas occasioens tão proximas desta união ficárão sem effeito por casos desastrosos, e desaventuras bem conhecidas, e lamentadas, como em o discurso da Historia deste Reyno espero contar-vos. Té que Deos permittio, que em vida de Sua Magestade morressem a este Reyno dezasseis pessoas, que legitimamente nelle podião reinar primeiro, para que elle só, por Deos escolhido, succedendo n'elles, ficasse o mayor Senhor do Mundo; e tão poderoso, que não houvesse Mahometanos, Gentios, nem Hereges, nem outros alguns inimigos do Nome de Christo, que não podessem por elle ser mettidos debaixo da obediencia da Igreja Catholica.

Eis como a applicação do principio fundamental da monarchia (a hereditariedade) promoveu, finalmente, a união de Portugal a Hespanha.

Todavia, a medicina popular é homœopathica ; seu lemma seja de que a mordedura do cão se cure com o pello do mesmo cão. Por isso do principio monarchico fiara a independencia do paiz ; e em certas conjuncturas a esperança surtira na medida do desejo.

Assim occorreu para o Desejado.

II

O DESEJADO

É de uma leitura elucidativa e aprazível o livrinho das «Memorias do Senhor d'Ablancourt, enviado de Sua Magestade Christianissima Luiz XIV a Portugal, contendo a historia de Portugal desde os tractados dos Pyrineus de 1659 até 1668. Com as revoluções occorridas durante esse tempo na Corte de Lisboa, & uma pormenorisação das Batalhas dadas, & dos Cercos formados sob as ordens & o commando do duque do Schomberg, com o Tratado de Paz, feito entre os Reis de Hespanha & Portugal, & o da Liga offensiva & defensiva conclusa entre Sua Magestade Christianissima e esta corôa.»

Ora, ahi, sobre a facilidade com que nas extremidades os portuguezes acham remedio para tudo, escreve de Portugal: «*Aussi est-ce un país où toutes choses se font par miracles, et les Portugais content avec certitude sur ce qu'ils espèrent sans autre assurance que l'exemple d'un semblable bonheur.*»

Não obstante, se já então a houvera, essa confiança vacillou na angustia d'aquella decisiva crise, em que tudo pendia d'um fio, o bom successo de um parto.

Desde suas proximas origens, fôra o caso que Dom João, III do nome entre os reis de Portugal, tivera de sua mulher a rainha Dona Catharina de Austria, além de outros filhos que morreram na primeira idade, a infanta D. Maria e o principe D. João; a infanta nasceu em Coimbra aos 15 de Outubro de 1527, casou em Hespanha com D. Philippe, promogenito do imperador Carlos V, enlace de que proveio unico esse enigma psychologico e historico de D. Carlos, que, nascido em Valladolid aos 8 de Julho de 1545, morreu mysteriosamente, a quando por seu pai preso no paço de Madrid, em 24 de Julho de 1568.

O principe portuguez D. João, esse, nascera em Evora aos 3 de Junho de 1537; e, como a falta dos primeiros irmãos lhe dêsse a prerogativa de herdeiro, n'elle puzeram olhos de afflictiva esperanza todos quantos portuguezes a falta de herdeiro directo á corôa inquietava, na perspectiva das intrigas castelhanas e de suas tyrannicas temeridades. A Roma mesmo chegou a vibração d'esta sympathia; de maneira que de Roma o papa Julio III, por Balthazar de Faria, ministro do monarcha portuguez na Curia Romana, lhe mandou a rosa de ouro, que os pontifices costumam benzer na quarta dominga da quaresma; e com a rosa um breve, dirigido ao principe, dado no 1.º de Abril de 1551, de que é caracteristica a clausula que segue: «*Principe itaque tu illam, dilectissime Fili, qui secundum se-*

culum nobilis, potens, ac multa virtute præditus, et clarissimorum Regum parentum tuorum, ac regni istius, spes unica existis; ut amplius omni virtute in Christo Domino augearis, tanquam Rosa plantata super rios aquarum multorum etc.

N'esse anno preenchia o principe os quatorze da sua idade e já estava tractado seu casamento com a infanta D. Joanna de Austria, filha dos imperadores, Carlos v e aquella D. Izabel de Portugal, de quem, na despedida, por morte, foi tal o extremo do saudoso choro do Cesar que o jesuita Cienfuegos assevera que bem se via que ao autocrata, no amoroso convivio, algo se lhe pegara da ternura portugueza.

Effectuado o casamento, conformaram-se os dous esposos nas inclinações do animo e, como a idade de ambos tambem conformara, explica o chronista douto que se amavam sobremodo; «mas (acrescenta logo) d'este mesmo seu vehemente amor se originou a morte do Principe; porque usando com excesso do matrimonio, enfermou de huma, a que chamão os Medicos *paraxam hebetica*; e della veyo a morrer a 2. de Janeiro de 1554. deyxando pejada a Princeza sua mulher; e para que o ventre não perigasse, encobrirão a morte á mesma Princeza até parir, e ao defunto enterrarão sem pompa no Real Convento de Belem.»

Começaram as angustiadas rogativas; e os primeiros que fizeram preces publicas, pedindo a Deus desse uma boa hora á princeza D. Joanna fôram os moradores da então villa de Santarem. Ordenaram suas procissões: a primeira á Senhora do Monte; a segun-

da a S. Domingos; a terceira ao Santo Milagre, todas com sermão e assistencia do clero, secular e regular, e confrarias. E quando foi no domingo 14 de Janeiro se fez uma procissão geral de todo o povo da villa e seu termo, de todo o clero e religiões, até as freiras (por não estar ainda a clausura do Concilio Tridentino), e as irmandades, até a da Misericordia, os tribunaes e auctoridades. N'essa procissão levaram por toda a villa o Santo Milagre manifesto; no fim, houve sermão, prégado por um Mestre Affonso, vigario da egreja de Alcaçova; porém a memoria coetanea nota, quiçá na obsessão de agouro, que choveu todo o dia.

Imitaram a Santarem as mais cidades e villas do reino; e em Lisboa, além de outras preces antecedentes, mandou o arcebispo que toda a cidade estivesse attenta ao signal de um sino, que haviam de tocar na Sé, quando sobreviessem á princeza as dores do parto, e, dado o signal, que acudissem todos a qualquer hora que fôsse.

Seguia entretida a princesa (e não de todo enganada — nol-o commenta quem nol-o narra, fr. Bernardo da Cruz, em nossos tempos publicado por A. Herculano e o dr. A. C. Payva.) Isto

por alguns indicios que como discreta sentia, e respostas que não lhe agradavão ás perguntas que fazia do principe. Com animo prudente e temperado, mettida entre duvidas e sobresaltos lhe dêrão as dôres de parto á meia noite a vinte de Janeiro de mil e quinheentos e cincuenta e quatro, dia do martir são Sebastião. Sabida esta nova da gente da cidade, dado aviso á cleresia, religiosos e mais pessoas devotas pedissem a

Deos, com oraçoens secretas e publicas, prospero parto da princesa, como unico remedio de todo o povo portugues, logo de noute se ordenou huma devota procissão de toda a cleresia e religiões, da Sé a são Domingos, levando nella o braço do martir são Sebastião, o qual foi trasido a este reino de Portugal do sacco de Roma, em tempo de Clemente septimo; alem disto não ficou dom nem donzella, por nobres e virtuosas que fossem, as quaes com muitas lagrimas não sahisses fóra de sua casa, e andassem pelas igrejas pedindo ao Senhor o remedio tão desejado, concorrendo com isto infinita gente de todos os estados ao terreiro do paço, que com os olhos fixados nas varandas e janellas, e com os sentidos suspensos, desejarão ouvir a nova do que a princesa paria; os quaes postos em grande silencio, sem se ouvir rumor de tão grande multidão, pela attenção de sua esperanza, sendo já de dia, como huma voz cahida do ceo, apparecerão nas janellas do paço fidalgos e donas, os quaes com palavras mal pronunciadas, interrrompidas da alegria, denunciárão ao povo como tinhão principe. Tal foi o alvoroço e rumor de contentamento subitamente nacido em toda aquella multidão, antes emmudecida pela prompta attenção, que rompendo com lagrimas d'alegria o silencio forçado, não cessavão dar louvores ao Senhor por tão grande mercê. Desfeita d'improviso aquella companhia, antes unida em um só cuidado, discorria cada hum pelas ruas da cidade a dar novas aos absentes, e mandar cartas, e correos por todo o reino, com que alevantassem os animos caídos do povo com o contentamento do novo principe e herdeiro do reino de Portugal. A este tempo tornando a procissão para a Sé cantando as ladainhas, na rua dos escudeiros se publicou ser o principe nacido, onde logo mudando o tom e letra alevantárão *te deum laudamus* com muita alegria e com corações soltos da incerteza do successo em que todos hião suspensos. Os principes e mais senhores que na corte a este tempo estavam, perdida a gravidade de suas pessoas, como homens livres de profunda tristeza e com esperanza de saude, correndo sem procissão alguma se forão ao paço saber a certeza da nova, e com notorio alvoroço, forão beijar a mão a elRei e á Rainha.

Addita fr. Bernardo da Cruz: «os quaes consolados em grande maneira em Deus lhe restituir benina e liberalmente em hum só neto a perda de muitos filhos, não podiam encobrir o contentamento que disso sentiam, com suave temperança da fresca dor do principedom João, poucos dias antes morto.»

Porém, a situação moral exacta, terrivel para os avós, é posta com vigor por fr. Manuel dos Santos n'estas compendiativas palavras:

Casou,, a Infanta D. Maria, irmãa do Principe D. João, com Philippe II. de Castella: e nas Escrituras do matrimonio declarou o pay da Infanta Rey D. João III. que se elle morresse sem descendentes legitimos, herdaria a Coroa de Portugal a dita Infanta, e seus herdeyros; e supposto quando agora faleceo o Principe D. João, era tambem falecida a irmãa D. Maria, vivia com tudo o Principe D. Carlos seu filho, que estando pelo contrato matrimonial da mãy, devia ser o herdeiro del-Rey D. João, na falta do Principe D. João defunto; nestes termos divulgada pelo Reyno a morte do mesmo Principe, e que deixára prenhe a Princeza D. Joanna sua mulher; entrárão os Povos em desejos efficacissimos, de que fosse bem succedido o parto da Princeza, por não virem a cahir na sojeyção dos Castelhanos, infelicidade, que sempre temerão, e sempre detestárão os nossos Portuguezes, segundo consta das Historias passadas; e não erão estes desejos dos Povos porque estivesse attenuada a prole Real, como escreverão menos advertidos, Faria, e outros; porque na verdade não estava attenuada, mas antes fecunda de muytos herdeyros; a saber: o Infante D. Luiz irmão do Rey; o Infante D. Duarte, filho de outro infante D. Duarte, tambem irmão do Rey; os duques de Bragança, e na falta de todos a Casa Real de Aveyro, com muytos filhos, chamada tambem á successão da Coroa pelo Rey seu Fundador, no caso de extincta a posteridade del-Rey D. Manoel, tronco pro-

ximo da Casa Real: de sorte, que as rogativas geraes, que se fazião em todo o Reyno, pedindo a Deos hum filho do Principe D. João defunto, não forão porque necessitasse a saude publica desse filho do dito Principe, nem de herdeyros descendentes delRey D. João III. seu pay; mas nascerão da anthipatia natural, e inveterada, com que sempre os nossos repugnárão a união com Castella, que vião agora contingente, se não fosse bem succedido o parto da princeza D. Joanna: ao depois quando Filippe II. matou ao Principe D. Carlos, neto delRey D. João, e já mayor de vinte annos, cessou este perigo, quanto era pelo contrato sobredito do casamento da mãy, por se extinguir no mesmo Principe aquella linha do dito Rey D. João; e na falta da mesma linha discorrerião por outro modo os nossos Portuguezes; porque irião buscar outra linha delRey D. Manoel, das muitas suas que existião ainda, e escusarião affligir-se na contingencia do parto da Princeza D. Joanna, porém não chega a tanto o juizo dos homens, porque a previzão do que ha de ser he prerogativa especial só de Deos: agora o Povo attendia ao perigo presente,....

Perigo creado pelo rei D. João III. Recapitula perfeitamente a situação dos espiritos e dos corações o medico Manuel Bento de Souza quando escreve: «No casamento de D. Maria com Filippe II, D. João III, por influencias, indirecta de Carlos V e directa de sua mulher, não só dera o passo impolitico de ceder para Hespanha um dos dois fiadores, que só tinha para a successão portugueza, mas fizera mais, o imbecil — estipulára que, se elle D. João III se achasse sem herdeiro masculino, a corôa passaria para D. Maria, e portanto para Castella.» «Eis aqui (justamente exclama Manuel Bento de Souza) porque, logo ao nascer, o rei desejado é o alvo do amor dos portuguezes,

e da fé no seu destino, para todos isento das leis communs.»

Desde que chegou a hora, se tractou da boa criação do rei menino, entregue do governo sua avó a rainha D. Catharina. Esta queria que para mestre fôsse fr. Luiz de Granada, da ordem de S. Domingos, ou fr. Luiz de Montoya, da dos eremitas de Santo Agostinho, «ambos da sua nação Castelhana», observa o padre José Pereira Bayão. Mas, afinal, foi nomeado para mestre o padre Luiz Gonçalves da Camara, religioso da Companhia de Jesus, e para seus adjuntos ou substitutos se escolheram outros dous religiosos da mesma Companhia, Gaspar Mauricio e Amador Rebello. Com desprazer summo considerou estas nomeações o doutor Antonio Pinheiro, ao depois bispo de Leiria e Miranda, vendo que fôra desprezado, a seu aviso sem motivo justo, em não ser elle o eleito, attendendo a que servira com boa satisfação em similhante ministerio ao principe pae da creança.

A esta, chegada á idade de seis annos, principiou o mestre a ensinal-a nos paços da Ribeira de Lisboa, desde o *Abc*, para o que havia aposento separado, em que estava para isso preparado um bofete de pao preto, marchetado de marfim; n'elle tinteiro, pennas, papel e, alem de um relógio de areia, informa-nos o padre Pereira Bayão que «huma palmatoria de marfim sem disciplina.»

De uma parte havia uma cadeira de espaldar, em que o rei se sentava, e da outra uma raza para o mestre; o padre Amador Rebello, seu companheiro,

ficava em pé, ou se punha de joelhos, «o qual por ser melhor escrivão dava a materia, ou traslado a ElRey, e o ensinou a tomar a penna, e formar a letra.»

A um lado da sala sentava-se o aio, D. Aleixo de Menezes, em outra cadeira raza, o qual via primeiro a materia; e, se lhe não parecia conveniente, dizia que lhe dessem outra, preparando-se tudo isto antes que o regio alumno entrasse. De resto, este caturra queria os reis de lettras grossas; justificava sua doutrina, professando que ouvira dizer ao imperador Carlos v que os principes, bem instruidos nas artes de governar e da guerra, tinham bastante sciencia, em sabendo rezar por umas contas. Por umas Horas, corrige o padre Bayão.

Eis, pois, o futuro reinante confiado, em sua educação e cultivo, aos jesuitas, os quaes quasi nunca gozaram em Portugal de uma omnipotencia incontestada. Logo desde a sua entrada aqui, mal-acolhidos, com o que exulta Cienfuegos, motivando-se no preconceito que no commercio se attribue hoje em dia aos inglezes, os quaes não gostam, diz-se, d'aquelles negocios que surgem bem principiados.

A incompatibilidade, p. ex., entre o Porto e o jesuitismo é, pois, velhissima. Vem desde os primeiros annos da existencia da Companhia de Jesus. Não deviam, consequentemente, os carolas actuaes extranhar que o Porto repudiasse modernamente o jesuitismo. Era tradição sua. Não fazia agora senão proseguir n'um empenho antigo. Estava-lhe na massa do sangue.

Com effeito, o primeiro jesuita que entrou n'esta terra foi o padre Francisco Estrada, joven fanatico, de ardida eloquencia, o qual, por mandado de seu superior, viera em missão a Entre Douro e Minho, e aqui appareceu em 6 de Maio de 1546.

Logo em 8 prégou, a principio duvidosamente recebido pelo auditorio, que não gostou de o vêr tão moço e se vexava de receber admoestações e de submeter-se a conselhos de quem tão curta experiencia tinha da vida e seus transes.

A breve trecho, a commoção prompta d'aquelles predispostos rebentou em caudaes de lagrimas e, na sua exaltada primeira prédica, o jesuita alcançou a immediata primeira luctuosa victoria.

Outro joven desvairou, suggestionado pela rhetorica inflammada do apostolo; e nunca mais o transtornado cerebro se lhe compoz. Chamava-se Vasco Ferraz, este. Buscou, com entranhado fremito, o jesuita e abandonou-se aos extenuantes exercicios espirituaes com que a Ordem afeiçoa, por um processo todo mechanico, o mysticismo de seus neophitos.

Quando julgou opportuno o momento, o padre Francisco Estrada enviou o moço Ferraz para a Casa de Coimbra, afim de que se lhe completasse a educação, nefasta e terrivel. A familia do desconcertado acudiu com emissarios, que lhe sahisses ao caminho e lhe tomassem o passo. Assim o conseguiram, e o innocente teve de retroceder para o Porto; mas com tão perfida dissimulação que, ludibriando os que o acompanhavam, ao passar pelo hospital onde se albergava o

seu mestre, director e guia, para elle fugiu n'um salto, de chofre.

Surprezos e aturdidos, correram os emissarios a casa dos paes do demente. Precipitaram-se estes, em uma anciosa afflicção, em cata do pobre hypnotisado. Lançaram-se-lhe aos pés e lhe supplicaram que tivesse compaixão d'elles e d'elle. Mas Vasco Ferraz, alentado pela presença do fascinador, foi inflexivel e não o moveu sombra de caridade para os que lhe haviam dado o sêr e a criação. Manteve-se firme, enxuto e secco, inexoravel.

Gloria ao mancebo forte ! E' de vêr o doido, cruei sorriso de triumpho, do chronista da Companhia, o padre-mestre Balthazar Telles, ao referir o caso triste. Ao moço Vasco Ferraz, elle o declara merecedor de admiração e applauso, « porque (estas são as palavras do jesuita) se resolveu de passar ávante, ainda que fôsse necessario, *ao sahir da porta, pizar a seu proprio pae.* »

Novo triumpho, proximo e achegado a este, e mais relevante, porque mais fructuoso, estava reservado, n'aquelles successivos dias, ao promotor do jesuitismo no Porto.

Para os interesses da Ordem elle conquistou o *opulento* portuense Henrique Nunes de Gouveia, o qual resignou todos os officios sociaes que exercitava n'esta cidade. Não contente com abdicar como cidadão, esse fanatisado abdicou ainda como homem. Repudiou a patria, primeiro ; e repudiou, a seguir, a familia. E' o typo modelar da pavorosa destruição que

opera o jesuitismo sobre a creatura que lhe receba, integralmente, o influxo.

Tam louco homem era casado e tinha seis filhos, entre rapazes e raparigas. Todos entraram em religião; as filhas fizeram-se freiras; os filhos, em chegando aos quatorze annos d'idade, cahiram na Companhia. Quanto ao tonto, chefe d'aquella assim desbaratada familia, fez voto de castidade, com consentimento de sua esposa, Beatriz de Madureira. O marido empregou-se, d'alli-em-deante, em continuas orações e penitencias na Companhia; a mulher o mesmo tecia no convento de Santa Clara (onde tinha já duas filhas). Foi uma dispersão completa e perfeita, um exterminio total.

Apezar da tenebrosa superstição da epocha, o bom-senso dos portuenses, que jámais se obliterara de raiz, inquietou-se. E deu rebate, em suas consciencias, ao espirito da equidade.

O jesuitismo revelou-se, n'um fulgor ephemero de relampago, áquelles nossos antepassados consoante persistentemente se mostra aos nossos contemporaneos, como sendo uma monstruosidade atroz, insensata e, até, sob certos aspectos, grotesca e irrisoria.

A opinião portuense protestou, então, indignando-se, revoltando-se, e motejando e escarnecendo, outrosim.

O chronista da Companhia n'estes reinos de Portugal, o padre-mestre Balthazar Telles, lamenta-se d'esta tendencia refractaria dos portuenses para com o santo instituto a que pertence; e não póde explicar

tal antipathia senão pela arte mysteriosa do proprio demonio, que no Porto assoprava a sizania entre os cidadãos e os jesuitas. Elle diz assim: «Grande foi a perseguição que o Diabo contra elles levantou, movida por muitos distrahidos, que com sotaques malignos, com argucias infernaes, com risos descompostos, com desprezos do povo descortez, tractavam as reputadas acções de gente que revestiu todas as suas com as sobrevestes da piedade e da santidade; riam do que não entendiam, zombavam do que não estimavam, desprezavam o que não amavam e perseguiam o que não seguiam.»

Para este lente de prima de Theologia, a piedade e a santidade eram repellir o amôr filial, desfazer o matrimonio, *pixar, se fôsse necessario, aos pés o proprio pae*, conforme atraz exarado se viu. Agora, os que taes preceitos não amavam: esses, eram possessos do Diabo e cúmplices de suas argucias sulfurosas. Tal a essencia do jesuitismo, hontem como hoje, então e sempre!

Os portuenses, porém, é que se não amofinavam com persistirem em ser o povo descortez, cujos risos descompostos assás excruciam o padre-mestre Telles. De modo que os tempos iam decorrendo, os annos corriam passando — e a situação dos jesuitas no Porto não melhorava. Tudo estará dito para se avaliar das suas circumstancias á beira-Douro desde que se diga que elles ainda não haviam conseguido estabelecer casa aqui, quando, d'aqui cerca, em Coimbra, ella existira

a partir dos inicios e, começada, auspiciosamente prosperara.

É de saber que, por essa epocha, enchia o mundo latino com a toada de seus meritos e virtudes o celebre Francisco de Borja, duque de Gandia, grande de Hespanha, ex-vice-rei da Catalunha, e que, desgostoso pela morte de sua esposa, que lhe deixara oito filhos, renunciara ao mundo e entrara no gremio dos jesuitas, vindo a ser nomeado geral (o terceiro) em 1565 e destinado á canonisação, por Clemente IX conferida, celebrando-lhe a festividade a Egreja em 10 de Outubro.

Ora, o padre Francisco de Borja veio tres vezes a Portugal, sendo a segunda no anno de 1557, mandado por Carlos v, a tractar, com a rainha D. Catharina, irmã do imperador (a qual casara com D. João III), e com os mais principes d'este reino, «alguns negocios de muita importancia», — esta é a encapotada periphraze do jesuita Balthazar Telles.

Mas nós sabemos já que negocios eram esses *de muita importancia*; outro jesuita hespanhol, Alvaro de Cienfuegos, nos contou os episodios da aventura que apenas visava a ajustes e combinações para unir Portugal á Hespanha, contra a vontade do povo portuguez.

A ponto, porem, registremos, tão só, que da terceira vez que o famigerado padre Francisco de Borja deu a honra a Portugal de o visitar, d'essa feita veio ao Porto. Foi em 1560.

Encontrando-se n'esta terra, suscitou a reunião das pessoas qualificadas d'aqui e pediu-lhes que se arran-

jassem as coisas de fórma que os jesuitas ficassem em serviço da cidade, e, ficando, ficassem em alguma casa com algum modo de egreja. Recebendo o golpe de pancada, desprecadamente, os maioraes do Porto nem poderam esquivar-se nem souberam recusar. Concederam a licença pedida; mas, logo, cogitando mais n'isto, totalmente se arrependeram da sua fraqueza. Fizeram então o que deviam ter feito antes. Déram o dito por não dito e retiraram a licença que lhes havia sido artificialmente captada, abusando o padre Francisco de Borja do seu prestigio pessoal e da melindrosa cortezia de seus ouvintes.

A sua derrota, porém, era incontestavel e o principe sentiu-a, em maneira que se retirou do Porto para a residencia jesuitica de Pedroso, a duas legoas da cidade.

Acudiu e valeu, no lance, o inevitavel Henriques Nunes de Gouveia, «largando-nos boa parte de suas mesmas casas», relata o padre Balthazar. A' sorrelfa, em 9 de Agosto, regressaram ao Porto os jesuitas, mettendo-se *escondidamente* nas casas que lhe eram cedidas pela sua victima. *Escondidamente*, porque Balthazar Telles confessa que, quando se recolheram alli, era *quasi de noite*.

Veja-se agora o artificio d'estes embusteiros. E' curiosa a velhacaria.

N'uma loja terrea das casas do donatario Gouveia, tinha este, de industria, armado capella e levantado um altar. Pela manhã cedo (depois de recolhidos, na vespera, á formiga, *quasi de noite*) o ladino sacerdote

disse missa, mui prestes. E (considere-se o arditoso Balthazar Telles, que todo se regala da manha impia) «d'esta maneira ficou a posse tomada pelo Senhor consagrado e elle (?) a conservou tão inteira que, *por mais difficuldades que houve*, nunca foi possivel fazel-a perder.»

Ora, por que fôra que os cidadãos portuenses, em 1560, não queriam, de maneira nenhuma, casa de jesuitas no Porto? Fôra, principalmente, declara-o o jesuita Balthazar Telles, porque andavam receosos de «que teriamos classes com estudantes»; e elles, os portuenses, assevera-o o referido padre-mestre Balthazar, «costumam ser mui cuidadosos (como mui honrados que são) em defender os privilegios da sua cidade.»

Frisar esta concatenada concordancia importa promover a attenção para o facto de que não devem, em modo algum, interpretar-se n'um sentido parecido com o nosso moderno, revolucionario ou sequer liberal (consoante aliás tam erronea quam candorosamente se tem feito) aquellas discrepancias que se produziram contra a influencia dos jesuitas no paço, das quaes é até nós notorio e mesmo retumbante echo a voz impressa do famoso bispo de Silves, Jeronymo Osorio. Porquanto as questões d'esse tomo são questiunculas: rixas de preferencias e precedencias; brigas do «tira-te tu, para me pôr eu»; competencias de ambições e exclamações de despeitos.

Na data, antes e depois, emquanto as houve, coisa corrente eram as disputas entre as diversas religiões, ciosas de suas preeminencias, avidas de exclusivismos

dos mundanaes favores; e entre estes, em monarchia absoluta, qual comparavel ao da educação do herdeiro da corôa?

Essas testilhas, porém, a nós nada importam, desde que meditemos no em que não pensamos: e vem a ser que, se em vez de jesuitas, fôsem dominicos, agostinhos ou franciscanos os preceptores de D. Sebastião, o ensino ministrado ao regio alumno seria o mesmo. O que tem validade e se reveste de magnitude é, naturalmente, a doutrina; menos, a pessoa que a ministra. Ora, a doutrina ensinada pelos jesuitas era a doutrina de todas as outras ordens, naturalmente: a doutrina catholica, tal qual ella sahira formulada da reelaboração tridentina; e os sentimentos suscitados na alma do adolescente tanto seriam os d'uma feroz intolerancia, se o mestre fôsse jesuita como se o deixasse de ser.

Não são, de resto, estas, conjecturas, tão só presumidas na especulativa independencia *a ratione*; mas sim se encontram confirmadas pelo facto, em que se não ha attentado devidamente (salvo, pelo que toca a Camões, por Camillo Castello Branco), das suggestões guerreiras e fanaticas incutidas espontaneamente pelo livre concurso de seculares e leigos, que se afervoram em contribuir e concorrer para que D. Sebastião saia o rei desejado, tal como elle é, pelo seu povo, desejado: o flagello de herejes. o libertador da Casa Santa de Jerusalem, o destruidor da casa infernal de Meca.

De Epódos que contém sentenças uteis a todos os homens, ás quaes se accrescentam regras para a boa educação de um principe, foi composto tudo na lingua

latina pelo insigne portuguez Diogo de Teive, lente de humanidades, e depois reitor do Collegio das Artes da Universidade de Coimbra no tempo d'el-rei D. João, o III, e traduzido na vulgar em verso solto por Francisco de Andrade, chronista-mór do reino, e guarda-mór da Torre do Tombo.

Como o hendecassylabo e o jambico, pelos quaes o auctor offereceu aquelle livro, disposto para a educação d'el-rei D. Sebastião, no tempo em que este ainda não contava sete annos de idade, não se achavam traduzidos por Andrade, o collector de 1803 entendeu supprir essa pequena falta com o pouco talento que declara ter, e que «de nenhum modo deve influir contra os bellos pensamentos de seu auctor.»

Aos grandes reis, em todo o tempo, se offertaram, com larga mão, dadivas de alto preço: cavallos ricamente ajaezados, pedras luzentes, purpuras brilhantes, sceptros eburneos, taças d'ouro fino. Emfim, tudo quanto ha no mundo de excellente, tudo os illustres magnates, bons patriotas, liberalmente offerecem aos seus monarchas.

;

Mas os dons qu'eu te offerto, inclyto Rei,
São dons de mais valia: Aquelles dão-te
Riqueza que te adorne o gentil corpo;
Eu com timida mão venho offerecer-te
Com que possas ornar a sublime Alma.
Tu não tens cousa de maior estima!
O mais he tudo alheio: a alma he só tua:
Por ella ao Ser Supremo te ásselhas:
E assim quanto a alma excede o brando corpo,
Tanto deves prezar a minha offerta.

Nas sentenças, adequadamente, para o dominio integro sobre a gentilidade pagã, se busca fundamento na auctoridade de orientação idonea; e Andrade verte, amplificado:

Disse por sua bocca o mesmo Christo,
O que o Principe bom, e Rei Christão
Deve fazer; diz que os que tem imperio
Sobre os gentios que a Deus não conhecem
Estes como Senhores os dominem.

Ao ensino de Diogo de Teive, em sua pessoa, o applaude Pero d'Andrade Caminha, pois ao grande Sebastião, rei milagroso, por commum bem e amparo de seus subditos dado do ceu (compadecido de suas rogativas) elle o desejou vêr tam raro em tudo que na terra o tivessem já por glorioso. Assim, pois:

Dás-lhe para isto exemplos, e doutrina,
Com que toda a virtude se levante;
Para nós a elle, e a nós para elle ensinas.

C'o estas lembranças de teu peito dinas,
Farás que o amemos mais, e qu'elle avante
De todos os Reis ponha as santas Quinas.

E Antonio Ferreira, ao proprio rei D. Sebastião, com motivo das licções de Teive, presagiando o futuro, esperançoso e circumspecto, exclama:

Tu serás Sol, e norte, e luz, e guia
Ao Mundo que mais claro já parece;
Mas em quanto a manhã bem não esclarece,
Aparta Teive a nuvem que a cobria.

Porém, Antonio Ferreira, de per si, aconselha em carta ao rei D. Sebastião (1 do Livro II), e é modesta e enternecidamente explicito:

Rey bemaventurado, em quem parece
Aquella alta esperança já comprida
De quanto o Ceo, e a terra te offerece;

Formosa planta de Deus concedida
A lagrymas d'Amor, e lealdade,
Só nosso bem, vida da nossa vida:

Em quanto essa innocente; e branda idade
Por Deus crescendo vai felicemente
Té o Mundo encher de nova claridade:

Em quanto este teu povo, e o d'Oriente
Novo accrescentamento por ti esperam
D'outros Reys, d'outra terra, d'outra gente:

Taes promessas os Ceos de ti nos déram
No teu tam milagroso nascimento,
Espirito igual em ti nellas puzeram,

Eu levado d'amor de sancto intento
(Quem ant'essa brandura temeria?)
Deter-te com meu verso hum pouco tento.

Depois virá um tam ditoso dia,
Que as tuas Reaes Quinas despregadas
Na multidão de toda a Barbaria,

As victoriosas frótas carregadas
Das cativas coroas, e bandeiras,
D'outro sprito mayor sejam cantadas.

Mas o poeta mais febricitantemente torcionado d'essa furia contra a mourisma, para subjugar e para destruir, é o cantor typico da nacionalidade. A D. Sebastião, menino e moço, estudante e mandante, tutelado e autocrata, no berço e no throno, não lhe faltaram nunca, durante o transcurso da sua curta existencia de agitado — pela ama e pela chimera — as alheias suggestões, delirantes em identica aberrativa freima.

Com a jornada d'Africa Luiz de Camões «tanto sympathisava (diz Camillo Castello-Branco) que, ao proposito da setta enviada pelo Papa a D. Sebastião, lhe escreveu uma epistola recheada de versos assignalados por uma virulenta rhetorica sanguinaria:

Já por ordem do céo, que o consentiu
Tendes o braço seu, reliquia cara,
Defensor contra o gladio que feriu
O povo que David contar mandára,
No qual, pois tudo em vós se permittiu,
Presagio temos, e esperança clara,
Que sereis braço forte e soberano
Contra o soberbo gladio Mauritano.

.....
Que as vossas settas são na justa guerra
Ajudas, e entrarão por derradeiro
(Cahindo a vossos pés povo sem lei)
Nos peitos que inimigos são do Rei.

Está revendo a incitadora carta um coração que ainda vibra hostile como outr'ora o braço valoroso do mancebo que se estreára em Ceuta.»

No luminoso laconismo que torna sua visão syn-

thetica uma maravilha, disse Michelet: «O Turco, o judeu, o terror e o rancor, a expectativa dos exercitos ottomanos que avançam na Europa, o diluvio dos judeus que, de Hespanha e de Portugal, inunda a Italia, a Allemanha e o Norte, é a primeira preocupação do seculo xvi, aquella que de golpe absorve os espiritos e domina todo o interesse moral e politico.»

Assim, as personalidades epicas que se oppoem ao avanço do turco e pelas armas o sustêm rutilam nas imaginações agradecidas e irradiam gloria perenne.

Para os portuguezes, d'essa galeria de retratos elles destacam a figura de Scander-beg, o Castrioto, de maneira que a maior lisonja que podem conferir aos seus heroes nacionalistas é equipararem-o com esse lendario batalhador. Assim, ainda em 1679, para o fautor da empresa e restauração de Pernambuco e das capitancias confinantes, ao dar conta dos varios e bellicos successos entre portuguezes e belgas, acontecidos pelo decurso de 24 annos, não pôde fr. Raphael de Jesus encontrar melhor do que denominal-o o Castrioto lusitano.

Na noticia historica sobre a Neerlandia e o Brasil no seculo xvii, intitulada *Os hollandexes no Brasil*, o snr. P.-M. Netscher, tenente de granadeiros no exercito real dos Paizes-Baixos, de João Fernandes Vieira falla como de «homem corajoso e emprehendedor», «o principal auctor e a alma da insurreição geral, o que lhe valeu da parte dos seus compatriotas o honroso nome de *Libertador do Brasil*.» Rememora depois que a Vieira «os Portugue-

zes » o « haviam denominado o *Governador da liberdade* » e, emfim, que « um breve do papa Innocencio x lhe deu o titulo de *Restaurador da Egreja* na America.» Netscher commenta: « Não era pagar em demasia, por sem duvida, os serviços, o valor e o desinteresse d'esse homem extraordinario, que o Brasil póde collocar com orgulho na fileira dos seus maximos cidadãos. »

O Brasil e ainda Portugal. Assim, das denominações que a admiração lhe outhorgou a que vem ao lance é a que dá o titulo áquella obra nossa debatida.

De facto, em Lisboa, no anno de 1679, por Antonio Craesbeck de Mello, fol., com o retrato de João Fernandes Vieira, sahiu esse livro escripto pelo lembrado fr. Raphael de Jesus, monge beneditino, procurador geral e D. Abbade em varios mosteiros da sua congregação, e chronista-mór do reino por alvará de 11 de Novembro de 1861, natural que foi de Guimarães: *Castrioto lusitano; Parte I. Enterpreza e restauração de Pernambuco, e das capitánias confinantes, varios e bellicosos successos entre portuguezes e belgas acontecidos pelo discurso de 24 annos, e tirados de noticias, relações e memorias certas, offerecidas a João Fernandes Vieira, Castrioto Lusitano.*

João Fernandes Vieira... Castrioto Lusitano!

A João Fernandes Vieira, *primeiro Acclamador da liberdade, e restaurador de Pernambuco*, dedica seu livro fr. Raphael de Jesus. E, no seu estylo arrevesado, explica-se e justifica-se para com o leitor. Não porque, abatido, se lhe submetta. *Porque ha de*

ter animo para censurar o que os outros escrevem quem não teve brio nem ainda applicação para escrever? Assim, admoesta e adverte: Se queres aproveitar, não leias para escurceer; lerás para saber, se lêres com os claros do teu juizo: se o queres formar d'esta obra, n'ella te offereço processada a causa; julga pelo merecimento do processo, para que a paixão te não faça parte, quando te constitues juiz.

Depois dá a razão de ordem:

Se fizeres reparo no titulo d'este livro, has-de notar (como discreto) que n'elle attribuo a um a obra em que trabalharam as mãos de muitos. Muitos rios recebe o mar debaixo do nome de um, porque, ainda que os mais lhe engrossam a corrente, deve-se esta á sua primeira fonte. Muitos são os astros que assistem ao dia, e nenhum deixa luzir o Sol. Todas as espheras se movem, e ao primeiro movel se attribue o movimento de todas. Foi João Fernandes Vieira o que com o zelo, com a industria, com a fazenda, com o braço e com a assistencia, intentou, dispoz, seguiu e feneceu aquella guerra; e como a maior planeta, mais caudaloso rio e primeiro movel, se lhe devem attribuir as operações de todos seus inferiores.

Seguidamente, sobranceiro, deduz:

Com este fundamento, fiz de sua pessoa e de suas obras o principal assumpto d'esta historia. No appellido de *Castrioto* lerás todo o argumento d'este livro e todas as prendas do sujeito, e no titulo cifrada toda a materia d'este argumento: condições que nos titulos dos livros ha-de buscar a escolha, para não serem espurios. O parecido das acções lhe deu o nome de *Castrioto*, e a nação a differença de *Lusitano*, para distincção do *Castrioto Epirense*.

Logo se fundamenta com varios exemplos da antiguidade e se estriba na identificação das similitudes.

Feito o que, entra decididamente no parallelo, proseguindo :

Cotejem-se as obras, o valor e a fortuna de João Fernandes Vieira com as de Castrioto Albanense, e achar-se-ha, n'este livro e nos que escreveu Marinho Barlecio d'este argumento, que a todas as formou um molde.

Por que maneira ?

Vae dizel-o :

Como Castrioto entre os turcos insolentes, se houve João Fernandes Vieira entre os herejes dominantes. Com animo catholico soffreram muitos annos a oppressão da tyrannia, por não perderem a possibilidade de favorecer aos fieis. Deu o tempo aviso a João Fernandes Vieira, de que sua intimação o fazia suspeitar ao Hollandez, como deu ao Epirense, de que seu valor o fazia suspeitar ao Turco. A um e outro serviu o perigo de oportunidade, para se declararem contrarios ao imperio que os dominava e persuadirem aos naturaes mais confidentes a que pegassem nas armas, em beneficio de sua liberdade. Os mesmos officios, e com o mesmo effeito, de que se valeu o Turco para reduzir a seu serviço a Castrioto Epirense, fez o Flamengo com João Fernandes Vieira para o trazer a sua obediencia. Aquelle, com poucos venceu batalhas, prendendo e matando generaes das armas ottomanas; este, com menos matou e prendeu generaes, vencendo em diversas batalhas as armas hollandezas. Não houve conflicto em que o Lusitano não pelejasse com os inimigos a cara descoberta, como tambem não houve occasião em que o Albanense não contendesse com seus adversarios a braço partido. Nem um nem outro quiz nunca para si das batalhas mais despojo que o applauso das victorias, deixando para seus solda-

dos toda a riqueza das campanhas. Das mãos dos turcos tirou o albanense todas as praças usurpadas, até os acurrallar na cidade de Esfetigrado. Tirou João Fernandes Vieira das mãos dos holandezes todas as praças que dominavam pelos contornos de Pernambuco, até os cercar dentro no Arrecife. Trahido de amigos, parentes e obrigados se viu João Fernandes Vieira, que prometteram ao Flamengo entregar-lh'o morto ou vivo. Com semelhante traição prometteram ao Turco entregar-lhe a Castrioto, ou vivo ou morto, seu sobrinho Amessa e Moysés seu mais obrigado. Como Castrioto ao Turco, consummiu João Fernandes Vieira, em repetidas batalhas e encontros, a paciencia e o poder Hollandez. Ao Albanense não deixou seu generoso coração lograr com descanso a gloria de tanto triumpho, buscando fóra de sua patria occasiões para exercitar as armas, como o fez em obsequio d'el-rei D. Fernando, a quem os francezes tinham despojado do reino de Napoles. Não soube João Fernandes Vieira lograr com socego o fructo de tantos serviços ; por mandado do senhor rei de Portugal, D. João o IV, foi governar os reinos de Angola, e n'elles se exercitou nas armas, obrigado de sua prompta obediencia a estimar mais o servir que o descansar. Ao Castrioto Albanense attribue Barlecio toda a gloria dos successos de Epiro. Com a mesma rasão se devem attribuir ao Castrioto Lusitano todos os progressos que as armas portuguezas obraram na restauração de Pernambuco.

Entre os livros que o snr. Netscher cataloga como havendo-lhe servido de subsidio para o seu estudo não vem apontado o de fr. Raphael de Jesus. Este, em um paragrapho, inclue todas as honrosas designações com que os serviços de seu heroe fôram condecorados justa e merecidamente. Escreve :

A santidade do Papa Innocencio x, por breve expedido no ultimo anno de seu pontificado, deu a João Fernandes Vieira o titulo de restaurador da Igreja n'aquella parte da America,

commutando-lhe o serviço que lhe fez no Brasil em serviços de Africa. A voz de todos lhe deu o titulo de Restaurador de Pernambuco. Por aclamação dos Tres Estados d'aquella e das capitancias confinantes, foi acclamado Governador da liberdade e general das armas. Por novos serviços, lhe confirmou Sua Magestade o titulo de general, com a mercê que lhe fez, dando-lhe o governo dos reinos de Angola.

Por tudo isto, fr. Raphael de Jesus exclama: « Que rasão lhe póde negar o que a justiça lhe deu? Porque não ha-de ser o Castrioto d'esta historia, se foi o Achilles d'esta guerra? »

Ainda em 1688, offereceu, na lingua castelhana, sob vangloria de superar obstaculos e attingir a meta do modelo proposto em Solis, á juventude portugueza, um *Exemplar de virtudes morales en la vida de Jorge Castrioto llamado Scanderbg, principe de los epirotas, y albaneses* o conde da Ericeyra, D. Luis de Menezes. Volta-se a *la illustre, y esclarecida juventud portugueza* e, em sua dedicatoria, prorompe:

A tu heroyco esplendor (Nobilissima Juventud) dedica mi affecto este exemplar de virtudes morales, conociendo, que no puede hallarse en el Mundo más parecido retrato a los orinaes de tus heroycos progenitores, que la vida de Jorge Castrioto, ni otra nacion más semejante a la Portuguesa, que la Epiróta, en valor, *en antipatia con los Infièles*, y en salir vencedora con pequeño numero de tropas de poderosissimos exercitos: con una diferencia, que los Epirótas solo triunfaron en Europa de la indomable, y barbara infidelidad: y los valerosos Portuguezes la abatieron en las quatro partes del Mundo, rompiendo, *para desbaratarla*, regiones no conocidas, y cortando, *para invadirla*, mares nunca surcados, con hazañas tan va-

lerosas, que enmudeceria para publicá-las com su gloriosa trompa aquellos nunca extintos alientos de la fama, eternizándose en luminosos resplandores.

Não obstante, Jorge Castrioto sobreexcede. Consoante nol-o explica, em sua censura, o M. R. P. M. Francisco de Santa Maria, qualificador do Santo-Officio, «o invencível Jorge Castrioto, ... nos seculos passados renovou a memoria de Josué,» como «sendo, ou parecendo Josué, o Castrioto da Ley Escrita, Castrioto, o Josué da Ley da Graça: porque se aquelle fez parar o Sol; este em defensa da Fé, e da Igreja, com a espada na mão sempre vencedora, fez parar, e o que mais he, fez cahir a seus pés a meya Lua, tão chea naquelle tempo de arrogancia.»

Ao conde da Ericeira o precedera o chronista Francisco de Andrade, visando não collectivamente a juventude lusitana porém sim o principal d'entre os mancebos d'ella. Em Lisboa, na casa de Marcos Borges, impressor regio, acabou de imprimir-se aos quatro dias do mez de Março do anno de 1567, por elle Andrade traduzida, a *Chronica do valoroso principe e invencível capitão Jorge Castrioto, senhor dos Epirenses ou Albanexes, que por suas maravilhosas obras foi chamado Scanderbego, que entre os Turcos quer dixer Alexandre senhor, escripta em latim por Marino Barlecio.*

E' obra summamente rara, de que diz Innocencio que só se conhece o exemplar que havia na livraria do hospicio da Terra Sancta, e passou d'ahi para o Archivo Nacional, e outro, que consta ter pertencido

a D. Francisco de Mello Manuel, e deverá encontrar-se na Bibliotheca Nacional, onde todavia Innocencio não tivera ainda occasião de o vêr, á data de elaborar o artigo ao escriptor respeitante em sua bibliographia. Mas existe ainda outro exemplar na Bibliotheca Municipal do Porto.

A obra de Francisco de Andrade é offerecida « ao muyto alto e muyto poderoso Rey Dom Sebastião o primeyro deste nome, nosso senhor », « porque debayxo de tal fauor fica bem segura de qualquer ruy-na. Ajuntou-se a isto serem tão sobrenaturaes as obras deste famoso Principe, & tão rara a discrição de Marino Barlecio Chronista dellas, que não achei cousa com que pudesse bastantemente pagar a ambos o agrauo que lhes fazia em meter a mão nas suas cousas, senão com as dirigir a V. A. porque com isto sey eu certo que ainda elles lhe ficão em obrigação. »

Prosegue Andrade :

E porque me pareceo que para melhor entendimento da Hystoria de Marino Barlecio era necessario dar algũa luz da origem dos Turcos, reuolui com diligencia todos os escriptores antigos e modernos que tratão delles, e ajuntei esses poucos de Capitulos que vão no começo do livro, & são de fóra da Hystoria, em que o mais breuemente que foi possivel se trata dos Emperadores que ouue antre elles conforme has successões dos tempos, e do principio dos Ottomanos até chegar a Amurathe de quem a Hystoria trata, & que deu principio há maravilhosas & quasi diuinas obras do Castrioto.

No momento estava-se em «este Sultão Solimano que agora Reyna, que tomou posse do estado o mesmo

anno de 1520, que o emperador Carlo quinto foi coroado em Aquisgrana. O qual prazera a nosso senhor que sera o *ultimo* da casa Ottomana com o fauor, zello, Christandade, esforço, prudencia del Rey *dom Sebastião* primeiro deste nome nosso senhor, preço da gente Portuguesa, que com muytas e muy grandes victorias tem feyto seu nome mais temeroso, hà gente Turquesca da casa Ottomana, do que ella nunca foy a todas as outras nações.»

Após a catastrophe, se para as moraes responsabilidades prestes lhe acudiu a evasiva, ao arguto espirito do nosso conhecido jesuita Alvaro Cienfuegos (em seu luzente tractado dicto da heroica vida, virtudes e milagres do grande S. Francisco de Borja, antes duque quarto de Gandia e depois terceiro geral da Companhia de Jesus) não se lhe esquivou, não, o aproveitavel ensejo de grifar o mavorcio, feroz, portuguez prospecto educativo ante os inflammados olhos do recente Sebastião negaceado — como de trapo rubro a touro bravo — pela desnorteadora memoria adrede suscitada do passado Scanderbeg. Malsina, ou exaggeradamente accusa, a irrequieta turbamulta dos mancebos floridos que tumultuavam confiados arremeços em torno do moço rei estonteado e estonteante. Diz então o que é de ouvir. Diz: *Llego à sus manos por estos conductos la vida del invencible Jorge Castrioto, escandalo de la Asia, y terror de Mahoma: cuyas hazañas llegaron mucho mas allà de lo que supieron fingir las Novelas. Rebolvia con emulacion sus victorias, sus ardides, sus empressas, contando à sus lau-*

reles todas las ramas, y luego el coraçon inflamado se rompia dolorosamente en vn suspiro, de no averse yà estrenado en algum rencuentro peligroso.

Objecte-se o que occorra. Mas o que é incontestavel é que do concurso de todos estes votos unanimes se apura que os jesuitas fizeram, com seu ensino, de D. Sebastião aquillo mesmo que conformemente e sem a minima discrepancia se queria e desejava: isto é o rei cuja missão está unisonamente intimada em dilatar a fé e em estripar os escalrachos da incredulidade. De resto, este proposito colectivo tornara-se, na occasião, excepcionalmente vivaz, depois do abandono das praças de Africa, por ahi iniciando-se visivelmente a decadencia do poderio politico portuguez e anciando o lusitano povo com a sêde de uma exemplarissima vingança.

No ponto, a esse instante, frise-se, p. ex., que Çafim e Azamor não ficaram perdidas para nós sem grandes sacrificios. Dom João de Castro, que tinha chegado da India em Julho de 1541, foi, com os galeões *Trindade, S. Paulo e S. Vicente* e com mais quatro caravellas, prover á evacuação de Çafim, fazendo-o com tanta pericia que, quando os mouros déram por isso, já estava recolhida nas embarcações a gente, a artilheria e munições, cavallos e alfaias dos moradores. Com a cidade de Azamor, todavia, visto estar proxima á de Mazagão, houve menos difficuldade no despejo.

Além das sommas que houve de se despenderem no soccorro dos dois logares antes de que se largassem,

nas armadas, nas obras de Mazagão, e na indemnisação dada aos moradores (que tudo se elevou á enorme quantia de trezentos mil cruzados), o conde da Castanheira parece haver empenhado seu valimento com D. João III para recompensar devidamente os principaes habitantes. A uns deu dinheiro e tenças; a outros filhamentos na casa real, ou feitorias, logares e escrivanihas para a India, S. Thomé e Mina; a muitos offereceu casamentos para as filhas, parte pagos pela fazenda real, parte pela Misericordia de Lisboa; a alguns, finalmente, ou concedeu logo commendas ou empenhou promessa para as servirem quando vagassem.

Guiado por fr. Luiz de Souza, nos *Annaes de D. João III*, Lopes de Mendonça, em seus «Apontamentos para a historia da conquista de Portugal por Philippe II», commenta nos termos que seguem: «Toda a opposição a este acto indecoroso, que offendia conjunctamente as tradições, a dignidade e as crenças do paiz, limitou-se ás murmurações mais ou menos veheementes, que sam, nos governos absolutos, o unico refrigerio dos opprimidos.» De feito, o conde de Redondo, D. João Coutinho, um dos mais eminentes e esforçados capitães de Africa, confiado porventura na excellencia de seus serviços, riu-se no conselho quando ouviu a proposta de el-rei. Perguntando-lhe D. João III o motivo d'aquella alegria, respondeu, segundo o extracto do ms. de *Anedoctas historicas*, da Academia Real das Sciencias, que se ria por ver S. A. mais generoso do que Alexandre, dando cidades quando ninguem lh'as pedia. O mesmo conde af-

firmava, ainda ao que consta do referido ms., nas suas conversações particulares, que haveria tempo em que, para conduzir uma caravella de carvão, seriam necessarias quatro da armada e em que as commendas se haviam de ganhar no Algarve.

Lopes de Mendonça, appoiado em Diogo do Couto, remata o painel, considerando assim: « Os cortezãos entretanto applaudiam a resolução de D. João III. Não era certamente nos cercôs e entradas de Africa, nos campos de Alcacere, ou nas serras de Farrobo, que os capitães das mais importantes fortalezas podiam lucrar, como no Oriente, em tres annos de governo, cem ou cento e cincoenta mil cruzados. « Portugal é como a ostra, não se pode comer sem pimenta », e o aphorismo, na bocca dos fidalgos, não significava senão que só na India se podiam grangear rapidas fortunas, á custa dos pingues emolumentos, das extorsões escandalosas, e de um commercio de monopolio. »

Na quadra de D. Sebastião, alliviado o animo publico da presença constrictiva da Alteza dadivosa, o sentir colectivo entra de manifestar-se, como com exuberancia destacam seus peculiares testemunhos.

Quando o padre Luiz Gonçalves da Camara aponta a seu regio discipulo, á laia de bons exemplos a imitar, as façanhas de D. João I em Africa, e as dos outros heroes portuguezes alli; quando a D. Sebastião professa como digno de censura o abandono das praças africanas por seu avô D. João III descoroçoadamente feito, elle exhibia, assim discorendo sobre a politica colonial

d'esse, um alvitre que era por então o de toda gente, popular, nacional e patriótica. Insiste Manuel Bento de Souza com estas judiciosas palavras: «E, que essa opinião era a de todos, não soffre duvida alguma. Basta ver o impeto geral com que por esse tempo toda a população, desde o cardeal D. Henrique até ao ultimo homem de officio, concorre enthusiasmadamente para a defeza de Mazagão, com dadivas, armas e gente. Basta lembrar que nas côrtes de 1562 se insiste em não abandonar os logares da Africa, e se chega a propor o abandono da India, *porque nada rende que com ella se não gaste*, e se emprehenda em grande a conquista da Africa *por mais conveniente para n'ella se estender o imperio lusitano.* E tudo isto se passava á hora em que o padre Luiz Gonçalves leccionava D. Sebastião. Porque razão havia elle de ter uma opinião differente, e devia ensinar ao rei de Portugal o contrario do que o paiz pensava?»

As indicações, na verdade, abundam, precisas, claras, categoricas, auctorisadas. São concludentes, d'entre as *Regras para a educação de El-Rei D. Sebastião*, dirigidas em latim por Diogo de Teive a Francisco de Sá, aquellas que se leiam na versão portugueza de Francisco de Andrade e dizem por esta elegante e nitida fórma:

Se o tempo antigo teve por ditoso
 Ao magnanimo Achilles, porque teve
 Hum tão alto Escriptor das suas obras,
 Quanto se deve ter por mais ditoso
 Quem em verso empregar nos grandes feitos,

Que do grão Rei Sebastião se esperão,
Se de Apollo alcançar tanto que possa
Fazer o Canto igual a tal sujeito.
Quem não terá 'spirito, e ousadia
Para se prometter coisas mui grandes
Do nosso invicto Rei, que por bondade
Do Summo Eterno Rei foi concedido ;
Se quizer revolver no pensamento
A memoria de seus Antepassados,
E quaes são os Avós de que procede,
Cuja heroica virtude, e santas obras,
Lhe derão lá no Ceo eterno assento.
Se quizer pôr os olhos cá mais perto,
Porque Pai, porque Mãi, porque milagre,
Permittio Deos que ao Mundo elle viesse,
Quam desejado foi de toda a gente,
E com quantos suspiros concebido
Por unico remedio da ruina,
Que as Lusitanas cousas receavão,
E com perennes lagrimas, bastantes
A fazer novos rios, novos mares,
Recebeo a vital aura, ditosa,
E trouxe nova luz, que desfizesse
Aquella tenebrosa noite,
Que os animos dos seus tinha occupados,
E desse novo allivio, novo alento
A'quelles desmaiados tristes peitos.
Quem pozer no passado o pensamento
No estado a que as cousas já chegarão,
Quando estava encerrado elle no ventre
De sua fraca Mãi de tenra idade,
A qual n'alma sentia o apartamento,
A triste, e apressada, e fresca morte
Daquelle seu suave, e amado Esposo,
Cujos annos tambem erão tão poucos,
Que inda então começava a Natureza

Ornar com loura côr o branco rosto.
Quem cuidar da maneira que elle estava
No ventre d'huma Moça inda escondido,
De moço Pai gerado, o qual a Parca
Invejosa, e cruel, antes mui pouco,
Nos tinha d'entre as mãos arrebatado.
Quem isto imaginar com diligencia,
E por seus olhos vir a formusura
E o grande resplendor d'aquelle rosto,
Que ás Estrellas parece similhante,
Quando a noite se mostra mais serena,
Entender poderá bem claramente,
Que elle por Deus foi dado a este Reino.
Porque todos os bens, glorias, e honras
O accrescente, encha, honre, e enriqueça,
E levante a cabeça deste Reino,
Sempre tão poderoso, ora opprimida
Com muitas, e grandissimas tristezas,
*Que n'outro tempo já de mil vitorias
Africanas entrou triumphadora,
Emquanto do oriental, e novo Mundo
Não descobrio os barbaros thesouros,
Nem as varias riquezas que em si cria,
Que são sustentadoras da cubiça
Abatedora de animos heroicos,
De espiritos altos, grandes, e esforçados;
Nem pelo largo mar tempestuoso,
Com mais risco da vida que proveito,
Se trazia o canella, e a pimenta,
Do Lusitano sangue espargidora,
Cravo, drogas, nem cheiros, e outras cousas
Que produzem os ricos Indo, e Ganges,
Lá onde o claro sol seu carro accende
Até ao salgado reino onde se esconde,
Para com isso aproveitar a gente,
Que estas cousas não tem de natureza,*

Nem tinham em costume estes manjares.
Se isto foi bem, ou mal, elles o rejão.
 Mas quem professa a santa lei de Christo
 Bem póde carecer destas delicias,
 Com grão proveito seu, sem nenhum damno,
Mas seja isto caminho para a gente
Infiel receber o doce jugo,
De quem por ella deu seu puro sangue,
E ao Povo de Deus ser reduzida.
 Agora aquelle Rei, que por milagre
 Nos foi dado, fará com seu esforço,
 Que os termos da espaçosa larga India
 Se acabem lá onde o Mundo os seus acaba.
A isto ajuntará com gloriosas
Vitorias a infiel terra Africana,
 Do nome Lusitano unica imiga,
 Fertil de mantimentos, e abundante,
 Para que delles possa Lusitania
 Encher os seus celeiros largamente,
 E assim a seus naturaes alcançar possa
 Com grande louvor seu grandes proveitos.

De tudo quanto ficou copiosamente documentado deriva flagrante a evidencia da plena concordancia, na occasião, entre o principio monarchico e a prevalencia jesuitica. Não havia mister (bem pelo contrario) de recorrer á doutrina da tyrannia e legitima rebellião contra ella, para determinar a soberania social do jesuitismo, visto que de bôa sombra esta era reconhecida e acatada, como inteiramente adequada e exactamente idonea. O poderio real não se oppunha á supremacia do jesuitismo, antes condizia uma coisa com a outra, estando o poder civil apostado em proclamar

e defender o exclusivismo do conceito religioso, definido e intolerante.

Em momentos diversos no tempo e no espaço, mas todos (por isto ou por aquillo) typicos, surgem doutrinaarios desvários os mesmos: no seculo xvi com a Reformação, no seculo xvii com a politica real. Assim tambem na antiguidade classica, o barbarismo dogmatista; assim elle executa nas democracias contemporaneas. Recordemo-nos do caso, já esquecido, do assassino Leão Czolgosz, matador, em fanatismo, do presidente da republica dos Estados-Unidos, Mac-Kinley, e reportemo-nos aqui da suggestão d'um distinctissimo hellenista moderno. Não será divagação inexplicavel, porque tudo venha ao ponto, consoante se verá.

Ora, o snr. Gaston Milhaud, antigo alumno da Escola Normal Superior, em Paris, e professor de mathematicas especiaes no lyceu de Montpellier, tomou, para divisa de suas nitidas licções sobre as origens da sciencia grega, aquella bella e justa phrase de Ernesto Renan, quando o attico sceptico parisiense disse: «Ha um milagre na historia, é a Grecia antiga». Ao tempo, esse distico acudira-me ao espirito, pois que um dia de manhã, desdobrando a folha, se me depara essa triste notícia telegraphica, vinda de Auburn, nos Estados-Unidos, de que o criminoso Leão Czolgosz, assassino de Mac-Kinley, acabara de ser executado alli por meio da electricidade. Logo uma onda de melancholicas reflexões me invadiu, n'esta tendencia amarga e desiludida d'aquelles cuja disposição o nosso grande poeta situou no lance em que a si proprio alludia:

Vão os annos descendo, e já do Estio
Ha pouco que passar até o Outomno.

Na verdade, na verdade: — como as crises moraes se repetem, e quanto é certo que esses gregos conheceram tudo e esgotaram tudo!

Eis ahi um joven ignorante que se votou á morte tremenda do cadafalso, na persuasão de que praticara uma nobre acção, quando commettera um crime detestavel; e eis ahi uma sociedade que se vingava d'esse delictuoso allucinado matando-o a elle, tambem, na persuasão symetrica de que exerceu a justiça, quando perpetrou, analogamente, um crime. Leão Czolgosz estava no erro julgando ter o direito de matar Mac-Kinley; a sociedade americana esteve no erro julgando ter o direito de matar Leão Czolgosz. O dever de Leão Czolgosz era respeitar a vida de Mac-Kinley; o dever dos Estados-Unidos era respeitar a vida de Leão Czolgosz. E esse será o principio basilar da sociedade do futuro: — *que a vida humana é inviolavel e sagrada.*

No futuro não haverá duellos, porque a honra de um individuo não vale *nunca* a vida de outro individuo; não haverá pena-de-morte, porque o crime de um delictuoso não auctorisa *nunca* a reproducção do mesmo acto, como castigo (isto é: como negação moral) do acto d'esse delictuoso; não haverá guerra, porque o interesse de um paiz não compensa *nunca* a imposição da morte a seus nacionaes e aos extranhos, contendores.

*
— não é só o interesse. O problema tem outros elementos.

Mas Leão Czolgosz, como os seus companheiros, laborava no engano em que incorrem todos aquelles que cuidam que, pensando como elles pensam, não só topetam nas fronteiras extremas do pensamento *moderno* mas até avançam pelos dominios a dentro do pensamento *futuro*. E, comtudo, o facto é que elle e elles se encontram pensando o pensamento do *passado*!

De feito, os antigos não reconheciam outro principio além do da força; mas, quando viram a injustiça e a violencia personificadas nos tyrannos, recuaram espavoridos. Declararam que a tyrannia era o maior dos crimes e puzeram os tyrannos fóra da lei da humanidade. Apezar das precauções de que se cercavam, poucos tyrannos escaparam a uma morte violenta, pois.

E' famoso um exemplo atroz da idéa falsa que os antigos conceberam do dever civico. A antiguidade não possue character mais nobre do que o de Timoleão; elle era d'uma singular benignidade, afóra do odio violento que professava contra a tyrannia. Tinha um irmão mais velho a quem muito queria, mau grado seus defeitos; em um combate, salvara-lhe a vida expondo a propria. Corrompido pela ambição geral, Timophanio proclamou-se tyranno de Corintho; Timoleão, após haver buscado debalde chamal-o a melhor caminho, pela força de admoestações e de supplicas, teve a abominanda coragem de o immolar. Tudo o que havia de pessoas de bem em Corintho, diz o seu biographo, louvaram essa grandeza d'animo. Todavia,

Timoleão sentiu o remorso; sua alma turvou-se; foi a custo que consentiu em viver: «Passava seus dias preza do desgosto e errando através dos campos mais solitarios.» O sentimento da natureza que despertara no grande homem faz-nos amal-o; e reputamol-o maior por causa da sua dôr. Tal não foi a opinião da antiguidade. Plutarcho exprobra-lhe o arrependimento como uma fraqueza; o duro moralista desejaria que elle abafasse o grito do sangue sob o pezo do que, absurdamente, considera a razão. E os provectoros historiadores exaltam o crime de Timoleão como a mais gloriosa e a mais rutilante das acções. «*Præclarissimum ejus facinus*», diz o Cornelius Nepos, por cuja selecta, 2.^a, aprendemos todos nas classes de latim.

Esta doutrina (falsa, immoral, desastrosa) do tyrannicidio — enganam-se os loucos e os perversos que a professam hoje — não póde ser a doutrina do presente, muito menos a do futuro, precisamente porque foi a doutrina do passado. O historiador Polybio, legitimando o tyrannicidio, era o interprete da opinião geral; e essa opinião systematisou-se em um corpo proporcional e coordenado. Attingiu a regularidade de uma theoria em Cicero, órgão da sabedoria classica, que a ensinou nos tempos finaes da antiguidade (*Pro Mil.*, 29; *De Rep.*, II, 26; *De off.*, III, 6, 14, 23).

Mas o progresso moral da humanidade não poderia deixar de dissipar das consciencias este funebre erro; e, na verdade, o christianismo e a philosophia, successivamente, advertiram os cidadãos e os povos de que um crime é sempre um crime, ainda quando,

mesmo, tivesse por fito libertar uma nação da tyrannia; ensinaram-lhes que a santidade do fim não justifica a infamia dos meios; e que, longe de nos approximar do alvo que temos em mira, os processos immoraes nos affastam d'elle.

Assim, só quando um profundo abalo da consciencia collectiva poz em conflicto todas as idéas e todos os sentimentos, herdados e consentidos: só então é que, no mundo moderno, ousou reaparecer essa horrivel doutrina do tyrannicidio, dogmaticamente exposta e logicamente professada.

Mas quem foi que a expoz, defendeu e professou? Dizel-o julga-a. Fôram os *jesuitas*.

O Parlamento de Paris, em 1612, ao que nos informa Mézeray, condemnou um livro do theologo jesuita Martinho Becau, e outro do celebre Suarez, justificando ambos o regicidio. Suarez é o portuguez padre Manoel Soares da Ribeira, natural de Beja, lente de canones na Universidade de Salamanca, do qual conta Nicolau Antonio, depois de ambigua noticia de seu professorado: «Profectus deinde, quâ causa mihi ignotum, usque ad Gallos, Lugduni aliquandiu substitit». Ahi, em 1562, in-8.º, estampara o seu *Juris Observationum librum singularem*. Ora, este, aquelle e muitos jesuitas qualificados mostraram-se extremes advogados do tyrannicidio; mas a mais atrevida (*the boldest*) promulgação de maximas taes entende, asizadamente, Hallam que foi a produzida pelo padre Marianna, no seu famosissimo e rarissimo livro *De Rege et Regis Institutione*, cuja primeira edição

se publicou em Toledo em 1599. Com effeito, a p. 77 da sua obra, declara o jesuita hespanhol que matar os soberanos, casos ha em que é acto que se póde realisar «*non jure tantum, sed cum laude et gloria*», quer dizer «não só com direito mas com louvor e gloria.»

Poderá o Rei, diz elle, mover de per si a guerra, administrar a justiça, nomear governadores e magistrados; mas, se por acaso se converte em tyranno, merece que o privem do throno e até da vida. Quiçá logre pela força evitar o castigo; porém é egualmente possivel que succumba justamente sob as armas da multidão ou pelo braço vingador de um assassino. Contra o tyranno contumaz, depois de esgotado o direito, cabe a violencia e até a aleivosia. Não o veneno, porque é fazel-o suicida, porém sim qualquer outro genero de morte.

E eis como, rythmicamente, nos reapparece, por outro aspecto, a concordancia hellenica.

De facto, a Companhia de Jesus tem por alguns criticos sido considerada como uma singular reprodução, no mundo moderno, do Instituto pythagorico, da antiguidade.

Em regra, os escriptores do primeiro quarto do seculo proximamente findo não tiveram pelo nôme de Pythagoras o favôr que lhe evidenciaram os seus confrades do seculo xviii. O ecclectico francez Victor Cousin increpa-o de haver feito da cidade uma especie de convento; e um historiador allemão, Raumer, impressionado pela flagrante similhança entre a sociedade

pythagorica e as communidades catholicas, estigmatizou-a com a comparar á Ordem dos Jesuitas.

Indubitavel é que o inglez Grote, na sua vasta historia, reproduziu essa comparação. E certo está, emfim, que, em sua excellente monographia, Chaignet (que haveria de estudarmeticulosamente a Ordem pythagorica, na sua organisação, na sua constituição, nos seus regulamentos e no seu character) conclue, desde logo, que a analogia percebida por Grote resulta justa, pois para aos pythagoricos lhes não faltar nada, até tinham, como os jesuitas, seus adherentes externos. Assim parece.

Mas, seja o que fôr, o que é, seguramente, é que jámais aquelles que applicaram, na antiguidade, a concepção do tyrannicidio conseguiram os effeitos que tiveram em fito. O que o exemplo historico nos mostra é o que consta da magnifica synthese de Laurent: « O tyrannicidio não libertou a Grecia e não libertou Roma; de tyrannicidio em tyrannicidio, a antiguidade chegou á dissolução e á morte. »

E porque foi assim ?

Porque, se as revoluções são, em dada hypothese, um direito e por vezes um dever, o assassinato é *sempre* um crime.

De modo que parece que, na defeza da sociedade ameaçada, seria util o trabalho d'aquelle publicista que, lá-fóra, provasse aos loucos e aos perversos que professam a doutrina do tyrannicidio, que elles não *progridem*, mas sim retrogradam; que elles não estão no *futuro* mas sim no *passado*; que a sua concepção

é *archaica, obsoleta, antiquada*, como é contraprodcente e como é immoral.

Mas lá-fóra desvaira-se, e o terror empurra á vingança; ao crime individual oppõe-se o crime social: a humanidade soffre.

Já o barbarismo puzera mão sacrilega na sciencia: — na chimica d'uma parte; na physica, da outra. Assim, em Auburn, mais uma vez se consummara, no dia 29 de Outubro de 1901, esta coisa impia: a applicação das descobertas puras dos sabios aos apaixonados rancôres das gentes. O engenheiro electricista transforma-se, d'est'arte, em carrasco, e a America poderia, assim, convidar para a certeza fulminante dos supplicios... Edison.

Que horror!

Sombrio tempo o nosso...

Á laia quasi, se de algum modo o olhamos, d'aquelle em que mestre e alumno, rei e povo, tyranno e jesuita concordavam e se davam reciprocamente por satisfeitos uns dos outros.

Todavia, propondo contra o mal dois remedios, dos quaes o primeiro era a educação do herdeiro, Mariana mostra como por ahi não ha margem para grandes esperanças, pois inutil empenho será conceber desterrar dos paços a adulação e a baixeza. Quer elle que o futuro rei se exercite de menino no manejo das armas, aprenda a domar um cavallo, rivalise com seus eguaes na carreira e na lucta, entre em simulacros de guerra, se dedique á caça, e já pelo exemplo, já pela voz de seus mestres, ame e sollicite afanoso as

glorias militares. Como Machiavelo com Cesar Borgia, o principe de Juan Mariana está pintado n'uma condensada biographia de D. Sebastião de Portugal.

Quer, concomitantemente, o jesuita que os subditos mantenham armas e cavallos á proporção de sua fortuna, assistam frequentemente a pelejas simuladas em que se lhes desenvolvam as forças e se lhes inflamme o animo, compitam entre si sobre acertar no alvo com o arcabuz ou com a bésta e recebam premio quando vencedores. O que, quanto do devaneado vai ao desenho natural, é fallar de Portugal em tempos de D. Sebastião.

A mira parava aqui como alli; proposito de todos era querer para a nação portugueza, (como para a hespanhola, em junto, o queria Mariana) uma monarchia que, sem cessar, augmentasse seus dominios e fôsse o terror das visinhas e das apartadas gentes. Segundo aquelle, deviam os principes enlaçar uma com outra as guerras, ou fôsse reclamando direitos cahidos em desuso, ou fôsse vingando injurias, ou fôsse defendendo a religião contra os herejes. Necessitamos, diz, de um grande exercito para reprimir a audacia das demais nações; não podemos deixal-o consumir-se nem afeiminar-se, languedecidamente, no ocio; e, visto como escasseamos de recursos, havemos de leval-o a guerras que em si-mesmas seu alimento encontrem e ahi se cevem.

«Sorprende á primeia vista (philosopha Pi y Margall) mescla tal de religión y de guerra. No sorprende quando se considera que, pues aspira la Iglesia

al universal dominio de las almas y no cabe alcanzarlo sin que antes se sojuzgue las naciones apartadas del Evangelio, debió Mariana creer indispensables la espada y el báculo para conseguir la realización del ideal católico: un solo Dios, una sola ley, un solo rebaño. »

Em Portugal, na identidade das aspirações, a união das vontades era perfeita; e, assim, o rei português, até, prestaria força áquelles dos reis catholicos que periclitantes estivessem pela ameaça horrorosa da heresia, rebelde e iracunda.

Assim estremecera vacillante o rei de França Carlos IX, e no transe não lhe faltara o rei de Portugal D. Sebastião.

Como se sabe, é ponto controverso e muito debatido este de apurar-se:— se a traiçoeira matança da noite de São-Bartholomeu estava preparada de havia longa data ou se foi o resultado d'um projecto precipitadamente formado. Basta passar pelos olhos a copiosa nota apposta pelo dr. Philippson, professor na universidade de Bruxellas, em sua obra (elegantissima pela redacção e de leitura, pois, tam aprazivel e interessante), ácerca da Europa occidental no tempo de Philippe II de Hespanha, de Isabel de Inglaterra e de Henrique IV de França para se ter a impressão do embaraçado que vem sendo o noveloso litigio até nos mesmos dias.

Eis aqui indiciador signal não só da tolerancia da critica livre para com a intolerancia catholica como da necessaria reacção da equanimidade do seculo XIX con-

tra o frenesi clerophobo do seculo xviii. Alludo á licção que se contem no facto de que a maioria dos hodiernos escriptores (independentes de espirito aliás) servem, sem o querer — graças a excesso de bôa-fé — a causa da ferocidade romana, empenhando-se por pôr fóra de toda a duvida, a seu alvitre honesto e ingenuo, a impremeditação da noite de S. Bartholomeu.

O dr. Philippson, quando rebate a opinião contraria, sustentada por Capilupi em seu celebre *Stratagemma di Carlo IX re di Francia contra gli Ugonoti rebelli di Dio*, parece ignorar d'esta obra, além da reimpressão dos *Archives curieux de l'histoire de France*, a reproducção da velha traducção franceza feita por Aignan no primeiro tomo da sua curiosa e util *Bibliothèque étrangère d'histoire et de littérature, ancienne et moderne*. E ao douto Philippson não lhe occorre, como não occorreu a ninguem até agora, inquirir se a apparente sinceridade e precipitação de Capilupi, attribuindo o ardil ao rei, não visa a encobrir o verdadeiro auctor do stratagemma. Ninguem curou de apurar se seria não por vangloria que Carlos ix assumiu as responsabilidades do acto, perante o Parlamento de Paris, em 26 de Agosto de 1572, mas se sim seria por lealismo, fidelidade e dedicação.

Se Wuttke e lord Acton sustentam, contra a opinião geralmente admittida, a de que a noite da San Bartholomeu foi larga e cuidadosamente premeditada, são Wuttke e lord Acton que teem rasão, e a opinião geralmente admittida é que é, por parte dos protestantes e dos democratas que a professam, candorosa e

quasi que simploria. Quando Henrique Bordier vituperava a critica moderna que pretende attenuar a infamia d'aquella façanha, os modernos criticos merecem-lhe as justissimas exprobrações. Escusa de mofar o dr. Phillipson desatando a rir do supposto dever de todo o bom protestante em acreditar que a Noite da S. Bartholomeu foi diabolicamente concebida e de longos annos premeditada por seus auctores. A zombaria é triste. Porque assim foi, de facto. De modo que mais uma vez mostrou, se mal que sem provas cabaes, sua agudissima perspicacia o sabio e engenhoso Alfredo Maury quando, no *Journal des Savants*, de Março de 1880, appoiou o alvitre da premeditação com todo o pezo da sua reconhecida auctoridade.

Recentemente, o actual presidente do conselho de ministros em França, o snr. Combes, retomou o problema, em obra especial, ao que li n'uma revista parisiense, pronunciando-se tambem pela premeditação, com estribar-se sobre um texto de livro hespanhol; a revista parisiense não se dava por satisfeita com a dialectica do snr. Combes; ella não reparava, de resto, que o engano d'este procedia da má interpretação, no traslado francez, d'um subtil matiz do castelhano idioma, que lhe escapara e o illudira.

Mas da nossa península iberica tinha de sahir a solução do mysterioso caso. Senão da Hespanha, de Portugal, poisque nos preparativos, de longa-data combinados para a matança aleivosa dos protestantes, Portugal é que haveria de tomar parte proeminente e elle é que de desempenhar haveria meritorio papel sobresaliente.

Desde que, em sua historia geral, o catholico Cantu, tem de occupar-se da matança da S. Bartholomeu, naturalmente que se esforça por desviar do espirito do seu leitor a sombra de uma suspeita de premeditação; e em que é que, desastradamente, se vae estabelecer para demonstrar a innocencia dos protagonistas do feito? No testemunho, exactamente, d'um dos preparadores!

A nota especial consagrada por Cesar Cantu ao morticínio da S. Bartholomeu rompe por um compendio sarcastico dos termos em que se formulara, no seculo xviii, a historia da atrocidade perpetrada na infanda noite. Chama elle a taes asserções *dogmas voltairianos*; dissera que esse fôra «um bello texto de declamações contra os reis e os padres, aquelles dois potentados que se confundiam loucamente na opinião dos philosophos»; e remata assegurando que tal acontecimento é «um dos problemas mais idoneos para impellirem a historia para o scepticismo.» Se dissesse para a indignação, acertava.

Os termos formulados pelo dogma voltairiano traça-os, com escarneo, Cesar Cantu assim: — Os catholicos, gente de odio e de coleras, dispostos a todas as violencias para sustentarem a superstição contra a razão, não vendo outro meio de escaparem á invasão da verdade, concertaram um morticínio geral dos dissidentes de França, d'accordo com o papa, Philippe II e Carlos IX.—

Na verdade, Cesar Cantu tem razão. Não foi assim. Como foi, foi assim: — O papa Pio V (ou S. Pio V,

consoante o seria, porque viria a ser canonisado) planejou, por intermedio d'outro santo que tambem o seria, Francisco de Borja, geral dos jesuitas, ajudado n'esta santissima faina por padre que tambem seria papa e não se percebe como não fôsse tambem canonisado, Clemente VIII, sob capa do ostensivo cardeal alexandrino (designação que é estranho que tam precipuo homem qual Guizot pareça suppôr ser-lhe o nome proprio), seu sobrinho, a matança aleivosa dos dissidentes de França, d'accordo e com o concurso, caso se necessitasse, não só de Carlos IX e de Philippe II como ainda, e principalmente, de D. Sebastião, de Portugal.—

Assim é que foi.

Cesar Cantu concede que o que poderia ajudar á supposição, pelo menos (pelo menos!), de uma trama, é uma passagem d'uma carta — a 186.^a — do cardeal d'Ossat. A ingenuidade de Clemente VIII, n'esse lance da sollicitação, na corte pontificia, do distracte do casamento de Henrique IV com Margarida, é preciosa. O intuito fica patente quando se confronta com a passagem, logo quasi de entrada, de Capilupi, ao dar nota dos objectos da missão do cardeal alexandrino, legado do papa junto dos reis de Hespanha e Portugal, cujo objecto, *entre outros grandes negocios*, era fazer entrar aquelles principes na confederação contra o Turco.

Capilupi relata então que, nas conferencias com o rei de França, o legado, *chegando ao ponto principal* (não era tal) *das negociações*, expozêra ao monarcha o

desejo do papa de que elle abandonasse a alliança do rei de Navarra; e logologo segue o embuste, exactamente identico ao que Clemente VIII insinuou ao cardeal d'Ossat. São quasi as mesmas palavras. Agora entende-se o objectivo exacto do livro de Capilupi; não é exaltar Carlos IX; é encobrir Pio V. Disfarce eximio!

Quem acclara candorosa, escandalosamente toda a situação, em pleno seculo XVIII (pois assim estavamos em 1737) é aquelle nosso padre José Pereira Bayão, cuja abundancia e exactidão de informes registra o snr. Miguel Martins Dantas, ao ponto onde frisa que, de todos os auctores portuguezes, é esse o unico que teve conhecimento do enforcamento final, pelas justças hespanholas, do impostor calabrez, que se deu ou a quem deram por D. Sebastião.

Nos outros chronistas de D. Sebastião se depara com indicações congeneres; mas o padre Bayão basta, na sua exposição plenaria. Assim, no capitulo XXIX, do livro II, do seu *Portugal cuidadoso e lastimado*, o padre Bayão explica: « De como se soube de certo e para onde era a Armada, que se aparelhava em Lisboa, com as novas, que vierão da morte dos Hereges em França ». O importantissimo capitulo começa d'estarte:

Com grande variedade se fallou sempre entre o Povo nos negocios, que o Cardeal Alexandrino veyo tratar neste Reyno com El-Rey D. Sebastião, como legado de seu tio o Papa S. Pio V. e na materia da Armada, que logo se aparelhou; e foy segredo tão bem recomendado, e tão ditoso, que nunca se des-

cubrio de todo, porque os interiores dos homens mal se pódem penetrar, se a lingua os não declara, ou os sinaes os não manifestão, e dão a conhecer. Daqui procede errarem muitas vezes os Historiadores o alvo dos pensamentos, e fins, porque os Principes obrárão algumas acções; descobrindo-se depois a verdade por Escrituras, e papeis secretos; successo que obrigou ao Emperador Carlos v escrever por sua mão os das suas empresas.

Seguidamente, o padre Bayão refere da fraqueza do rei de França, aterrado pelos protestantes, e que de seu mal «deu conta a o Santo Padre, o qual como bom Pastor, tratou do remedio daquellas ovelhas perdidas, compadecido do seu desarranjo, e mandou a isso o dito Cardeal. Em Castella o tratou *com grande segredo, encobrindo-o com varios outros negocios, que propoz; e não menos em Portugal, onde pedio a ElRey entrasse na Liga contra os Turcos, e cazasse com a irmã Del-Rey de França, esquecendo-se dos desgostos passados, formando huma Armada com tal cautella, que não desse a entender para onde era.*»

Acceitou o rei portuguez promptamente, obedecendo ao pontifice; e pelos segundos e reservados sentidos se percebem os espantos do sr. conde de S. Mamede, que, no seu estudo sobre os enlaces matrimoniaes projectados de D. Sebastião em França, quasi que chega a attribuir desrespeitos nas correspondencias lusitanas com a Santa-Sé, quando, de facto, o pontifice haveria de achar ahi com que rejubilasse, apezar do vago e indeciso no ostensivo.

O padre Bayão nota as dissimulações do rei de França, «parte em que foy singular, ainda que moço»,